

AO JUÍZO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

MARIA NOÊMIA DE LIMA, fone (68) 99964-6499, brasileira, divorciada, do lar, portadora do RG nº 114762 e CPF nº 220.197.072-68, residente e domiciliada na Francisco Vieira, nº 160, Floresta Sul, Rio Branco/AC, CEP nº 69906-211, (a Autora não possui endereço eletrônico, porém indica o endereço eletrônico do seu patrono que encontra-se no rodapé de cada página para receber todas publicações e intimações referentes a este processo), vem, respeitosamente, por meio de seu Advogado subscrevente, perante este Juízo, propor **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE**, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede à Rua Senador Dantas, nº 75, 5º andar, Centro, CEP nº 20031-201, Rio de Janeiro/RJ.

1. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

No dia 02/04/2016 aproximadamente às 18h33 a parte Requerente foi vítima de um acidente automobilístico e teve como consequências graves fraturas na região da perna direita, trazendo-lhe danos permanentes tanto anatomicamente quando no seu funcional, que condiz a parte danificada.

Conforme a documentação anexada ao processo, contendo os resultados médicos, a Autora sofreu lesões na região da perna, fraturando os ossos e ligamentos dessa região, onde houve a necessidade de reconstrução e retirada de tecidos de outra parte de seu corpo para que houvesse a reparação ou a amenização do dano, sendo uma lesão com consequências permanentes, assim, a Autora não pode mais exercer suas funções de trabalho como fazia antes do ocorrido, privando-a de sua vida costumeira, já que sente muitas dores e agora necessita utilizar muletas e fixadores, conforme raio-x anexados, suportando diariamente as debilidades que o acidente lhe trouxera.

Assim, acometida pela debilidade permanente, a Autora, ingressou na esfera administrativa a fim de receber a indenização que lhe era devido. Todavia, a Seguradora

entendeu que a Demandante teria direito a recebimento de apenas a quantia de R\$ 2.531,00 (dois mil quinhentos e trinta e um reais).

No entanto, conforme dispõe o anexo da Lei Federal nº 6.194/1974, incluído pela Lei Federal nº 11.945/2009, é fácil identificar que a lesão da Autora autoriza um percentual mais elevado do que os valores R\$ 2.531,00 (dois mil quinhentos e trinta e um reais) pagos a Autora, valores que não chegam nem a 19% do percentual máximo que estabelece a lei.

Portanto, tendo em vista que as sequelas da Autora são permanentes, cabe a esse receber a indenização do Seguro DPVAT, no grau a ser apurado em perícia judicial, conforme determina a lei, que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com a incidência de correção monetária a partir do evento danoso e juros a partir da citação.

Por fim, considerando que a Demandante já recebeu o valor de R\$ 2.531,00 (dois mil quinhentos e trinta e um reais), falta o pagamento dos valores complementares de R\$ 10.969,00 (dez mil novecentos e sessenta e nove reais)

Nos termos da Lei Federal nº 6.194/1974, em conformidade com seu art. 3º, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar. Os valores serão pagos de acordo com o grau de lesão da vítima, sendo que o valor máximo será indenizado àquele que tiver invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais, assim como previsto na tabela anexa da referida Lei, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, nos termos do art. 3º, § 1º, I da referida Lei Federal nº 6.194/1974.

No caso da Autora que exercia o trabalho autônomo de vendedora, no qual se utilizava de uma moto para sua locomoção, no entanto agora não consegue mais exercer suas funções nem mesmo pilotar sua motocicleta devido aos agravantes que o acidente lhe trouxera, pois até para o simples ato de andar ela apresenta muitas dificuldades, por conta dos acessórios de reabilitação (muleta e fixadores), evitando assim qualquer movimentação que não seja extremamente necessária.

Ademais, não há como tomar como absoluta qualquer documento e/ou atestado médico advindo da parte contrária, pois fora produzido de forma unilateral, sem

participação da parte Autora em nenhuma das fases quanto ao procedimento de concessão dos valores. Sendo que a Autora deu a entrada no procedimento administrativo e o Réu somente informou a ela sobre o prazo para responder seu requerimento. Algum tempo depois, a parte Ré apenas informou a Autora, por telefone, que havia depositado os valores em sua conta.

Em vista que haverá necessidade de promover maiores embasamento probatório a parte Autora requer o deferimento de nomeação de perito-médico especialista para avaliar a condição física a atestar as alegações da Autora quanto a necessidade de complementação de sua indenização do seguro DPVAT, e ao fim, certificar a veracidade desta narrativa.

1.1. PEDIDO ALTERNATIVO

Alternativamente, pelo princípio da eventualidade, requer que seja aplicada a porcentagem de 75%, ou 50%, nos termos do art. 3º, § 1º, II da referida Lei Federal 6.194/1974 a depender do resultado da avaliação do perito nomeado por este Juízo.

2. DA DESNECESSIDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Nos termos do VII do art. 319 do Código de Processo Civil (CPC), A Requerente informa que não tem interesse na conciliação, devendo processo seguir direto para o julgamento antecipado da lide, após o resultado da avaliação do perito médico nomeado pelo Juízo. Ademais, em havendo extrema importância em designar audiência de conciliação requer, nos termos dos art. 190 e art. 191, § 1º do CPC, requer a intimação prévia da parte contrária para manifestar seu interesse na audiência conciliatória.

Ressalta-se que a audiência de conciliação tem como único objetivo fazer as partes entrem em acordo para encerrar a lide, porém neste caso, não há direito subjetivo a ser discutido, portanto a parte contrária poderá realizar qualquer proposta de acordo que entender cabível apenas peticionando nos autos, no qual a parte Autora se manifestará, por meio de seu Patrono, no prazo estabelecido pelo Juízo.

É com bastante ênfase que este Patrono menciona a desnecessidade da audiência conciliatória, pois a Autora tem extremas dificuldades de locomover-se, uma vez que seu

único meio de transporte é o público e ela teria que se deslocar pelo centro para chegar nas dependências do fórum.

3. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Por fim, destaque-se que Autora tem apenas como única fonte de renda um benefício do INSS no valor de um salário mínimo que passou a receber após o acidente de moto, fazendo-se, portanto, necessário o deferimento da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e 99 do CPC.

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- 4.1. O deferimento da gratuidade da justiça nos termos do art. 98 e 99 do CPC;
- 4.2. A aplicação dos efeitos da revelia, caso a parte contrária seja devidamente citada e não apresente contestação nos termos da Lei;
- 4.3. Ao final, seja julgado totalmente procedente os pedidos aqui exposto, para condenar da parte contrária a pagar a complementação da indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$ 10.969,00 (dez mil novecentos e sessenta e nove reais);
- 4.3.1. Alternativamente, requer que a parte Ré pague a complementação dos valor em 70% ou 50% do máximo determinado pela Lei Federal nº 6.194/1974;
- 4.4. A condenação do Réu ao pagamento de honorários advocatícios e nas custas do processo, nos termos do art. 85 do CPC;
- 4.5. Protesta por todos os meios de prova lícitas em direito, como documentais, orais e testemunhais.

Nestes termos, atribuindo a causa tem o valor de R\$ 10.969,00 (dez mil novecentos e sessenta e nove reais), pede deferimento.

Rio Branco/AC, 29 de fevereiro de 2020.

Adelino Jaunes de Andrade Junior

Rua do Galpão, nº 180, Conjunto Universitário, Rio Branco/AC – CEP: 69917-692.
Fone: (68) 99995-7100
Endereço eletrônico: adv.adelinojunior@gmail.com

Advogado
OAB/AC 5340

Documentos anexados:

Comprovante de renda; Documentos Pessoais; Procuração; Requerimento Administrativo; Boletim de Ocorrência; Boletim de Acidente de Trânsito; Histórico do Paciente; Raio-X; Receituário Médico; Laudo Médico; Ficha De Internação; Solicitação de Autorização de Internação Hospitalar; Pedido de Avaliação; Clínica Médica e Cirúrgica; Relatório de Cirurgias

Quesitos ao perito:

1. Houve ferimentos ou ofensa física decorrente do acidente de trânsito?
2. Resultou perigo de vida?
3. Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função?
4. Resultou incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias?
5. A incapacidade foi total ou parcial?
6. A incapacidade é permanente ou temporária? Em caso de temporária por quanto tempo?
7. Em sua incapacidade parcial, quais seriam sua limitações?
8. Em caso de incapacidade parcial, quais os tipos de exercícios/ofícios que a periciada deve evitar? Por quanto tempo?
9. A inutilização do referido membro prejudica o dia a dia da pericianda ao ponto de impedi-la de se locomover-se ou dificulta sua locomoção?
10. Resultou deformidade permanente?
11. Resultou em diminuição da capacidade laborativa ou atividades habituais?



ADELINO JUNIOR

— Advocacia e consultoria jurídica —

fls. 6

VIA DO CLIENTE

CORRESPONDENTE DO BANCO BRADESCO S.A.
APÓLO PAA
RUA CORONEL JUVENCIO DE MENEZES 418
TERM.NET-ISO 00023523 DATA 03/02/2020
DATA:03/02/2020 HORA DE BRASILIA:10:52

*** EXTRATO DE CONTA CORRENTE ***

MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA 10:52HR
AGENCIA 1001 CTA 0067516-3 03/FEV/2020

DISPONIVEL
= TOTAL DISPONIVEL 7.00
+ CONTA INSS 7.00
TOTAL DE RECURSOS 7.00

MOVIMENTACAO CONTA CORRENTE

-----OUTUBRO/ 2019-----
DIA HISTORICO N.DOCTO VALOR
28 SALDO ANTERIOR 16.00

-----NOVEMBRO/ 2019-----
26 CREDITO DO INSS 9301119 998.00
MES 11/2019 NB 702401222-7
S A L D O 1.014.00

-----DEZEMBRO/ 2019-----
02 INSS PAG CARTAO 0208115 1014.00-
SAQUE BENEF. INSS C/CARTAO
S A L D O 0.00
23 CREDITO DO INSS 9311219 998.00
MES 12/2019 NB 702401222-7
S A L D O 998.00
26 SAQUE C/C BDI 4346709 950.00-
SAQUE CARTAO CB 1060143 40.00-
S A L D O 8.00

-----JANHEIRO/ 2020-----
28 CREDITO DO INSS 0310120 1039.00
MES 01/2020 NB 702401222-7
SAQUE C/C BDI 7440025 40.00-
SAQUE CARTAO CB 1060143 1000.00-
SALDO TOTAL 7.00

LANCAMENTOS FUTUROS - CONTA CORRENTE

-----FEVEREIRO/ 2020-----
DIA HISTORICO N.DOCTO VALOR
INSS SDO RESID 0310120 7.00
TOTAL EM 03/02/2020 7.00

REVALIDE SUA SENHA NO MES 12

AG. BRADESCO : 1060 - CRUZEIRO DO SUL
CORRESP. BANC.: 112 - PA-TARAUACA
NSU: 004165236963 AUTENTICACAO: 903188

OUVIDORIA BRADESCO
0800 727 9933

Rua do Galpão, nº 180, Conjunto Universitário, Rio Branco/AC – CEP: 69917-692.

Fone: (68) 99995-7100

Endereço eletrônico: adv.adelinojunior@gmail.com

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO ACRE SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MARINHO HERMINIO DE MELO		REGISTRO GERAL NOME MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA FILIAÇÃO JOSÉ LUIZ DE LIMA MARIA LUCILA DE LIMA NATURALIDADE RIO BRANCO - AC DIGO ORIGEM CERTID CAS 2.176 FLS 088 LIV B-009 BRASILÉIA - AC CPF 220.197.072-68 3 VIA	
DATA DE EMISSÃO 05/10/2016		DATA DE NASCIMENTO 24/04/1962	
Polegar Direito		SILVANO ROBERTO LIMA RODRIGUES DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	
ASSINATURA DO TITULAR Maria Noêmia de Lima Silva		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	
CARTeira DE IDENTIDADE		P 80	



Para contato
com a Energisa,
informe este NÚMERO

SEU CÓDIGO

0144677-0

fls. 8

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE S.A.
Rua Valério Magalhães, 226 - Bosque - Rio Branco - AC
CNPJ: 04.065.033/0001-70 | Inscricao estadual: 01.004.141/001-46
Nota fiscal / Conta de Energia Elétrica / Série Única

Nº da Nota Fiscal 006467649

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CORTA MES	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
DEZEMBRO/2019	01/01/2020	111	55,33

MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA
R. FRANCISCO VIEIRA 160 FLORESTA SUL
CPF: 00022019707268
CEP: 69.906-211 - RIO BRANCO

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	2687	Atual:	06/12/2019
Anterior:	2576	Anterior:	06/11/2019
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	03/01/2020
Consumo Medido:	111	Emissão:	04/12/2019
Consumo Faturado:	111 FCAM	Apresentação:	06/12/2019

Forma de Faturamento: NORMAL Código de Irregularidade: Dias de Consumo: 30

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posta	Código Fat.	Módulo 12 meses
RESID. BX. RENDA	BI	BIF17206652		1.6.1.2	108

HISTÓRICO KWH	DESCRIÇÃO DA CONTA		
Mês/ano consumo	CONSUMO		
NOV/19 107	30 A R\$ 0,255172 =		7,65
OUT/19 106	70 A R\$ 0,437431 =		30,62
SET/19 113	11 A R\$ 0,656155 =		7,21
AGO/19 137			2,13
JUL/19 123	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)		35,44
JUN/19 96	DIFERENÇA DE TARIFA		27,72-
MAI/19 114	SUBVENCAO BAIXA RENDA		
ABR/19 121	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA - 0,12		
MAR/19 110	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - 1,93		
FEV/19 99			
TARIFA SEM TRIBUTOS:			
0 A 30 - 0,199444			
31 A 100 - 0,341985			
101 A 111 - 0,512983			

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

Mes/Ano 11/2019 Valor R\$ 49,22
Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 21/12/2019. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SERASA, caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.

RESERVISTA LICENCIADO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, APRESENTE-SE PELA INTERNET (WWW.EXARNET.EB.MIL.BR) DE 01/12/2019 A 31/01/2020 OU NA OM MAIS PRÓXIMA, DE 09 A 16/12/2019.

RESERVADO AO FISCO 2524.DE4C.BD07.84ED.9141.CCDE.DEA6.BCA6

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	24,77	Base de Cálculo:	80,92
Energia:	29,19	Alíquota ICMS:	16,00%
Transmissão:	0,74	Valor do ICMS:	12,94
Encargos:	8,58	Valor do PIS:	0,84
Tributos:	17,64	Valor do COFINS:	3,86

INDICADORES DE CONTINUIDADE									
	DIC			PIC			DMIC		DICRI
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal	
Limite	0,00			0,00			0,00		
Ratificado	9,24	18,49	36,99	4,83	9,66	19,32	4,99		
Código	TANGARA						Período de apuração:	10/2019	EUSO: 17,75
ROT:	6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156								
ROT:	6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156								
TOTAL A PAGAR - R\$									



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE S.A.
Rua Valério Magalhães, 226 - Bosque - Rio Branco - AC
CNPJ: 04.065.033/0001-70 | Inscricao estadual: 01.004.141/001-46

Nº da Nota Fiscal: 006467649

RECIBO DO ARRECADADOR

PAGADOR: MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA CPF: 00022019707268
R. FRANCISCO VIEIRA 160 FLORESTA SUL CEP: 69.906-211

UC	Referencia	Data de Vencimento	Total a Pagar (R\$)
144677-0	DEZ/2019	01/01/2020	R\$ 55,33

BENEFICIÁRIO: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE S.A. CNPJ: 04.065.033/0001-70
Rua Valério Magalhães, 226 - Bosque - Rio Branco - AC

83690000000 8 55330045000 2 00000000144 6 67701219008 3





ADELINO JUNIOR

— Advocacia e consultoria jurídica —

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE:

Maria Nôemia de Almeida
nacionalidade: Brasileira, estado civil: Divorciada, profissão: do lar
portador (a) do RG nº 44.762 e CPF nº 220.197-072-68, logradouro:
Rua Francisco Vieira, nº 160, Bairro: Floresta Sul, cidade: Rio Branco
CEP: 69.906-211 estado: Acre, fone (68) 9.9964-6499

OUTORGADO: ADELINO JAUNES DE ANDRADE JUNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AC nº 5340, com endereço na Rua do Galpão, nº 180, Bairro Conjunto Universitário, Rio Branco/AC, CEP: 69917-692, fone: (68) 99995-7100.

PODERES: a quem confere os mais amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com cláusula *ad judicia* e extra, nos termos do art. 105 do CPC, em qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, incluindo delegacias, Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos e/ou acordos judiciais, requerer gratuidade judiciária, renunciar direitos, requerer e receber alvará judicial, enfim tudo o quanto for útil para a defesa dos interesses do outorgante, agindo em conjunto ou separadamente, podendo inclusive, substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Declara que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (Artigo 4º da Lei 1.060/50).

Declara ainda que se comprovada falsa a declaração, sujeitar-se-á às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. (Art. 2º da Lei nº 7.115).

Rio Branco – Acre, 21 de janeiro de 2019.

OUTORGANTE

Rua do Galpão, nº 180, Conjunto Universitário, Rio Branco/AC – CEP: 69917-692.
Fone: (68) 99995-7100
Endereço eletrônico: adv.adelinojunior@gmail.com

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
<p>EXPOSICAO DA PLACA EM JOELHO DIREITO</p> <p>PACIENTE EM BOM ESTADO GERAL, LOTE, AAA, CORADA, HIDRATADA, REFERE DOR LEVE EM REGIAO PROXIMAL DE PERNA DIREITA.</p> <p>COM 02 MESES DE POS-OPERATORIO PARA FRATURA GRAVE, EM TIBIA PROXIMAL. EVOLUIU COM PERDA DE COBERTURA CUTANEA E EXPOSICAO OSSEA E DE MATERIAL DE SINTESE EM FACE MEDIAL DE TIBIA PROXIMAL.</p> <p>AO EXAME FISICO: AREA DE EXPOSICAO SEM SINAIS DE INFECCAO.</p> <p>AGUARDA COBERTURA CUTANEA PELA CIRURGIA PLASTICA.</p> <p>OBS.: PACIENTE EXPOSTA A COLONIZACAO DE BACTERIAS HOSPITALARES PELA FALTA DE COBERTURA CUTANEA, POR ISSO A URGENCIA DO SEU CASO.</p> <p>AGUARDA TFD PELA PLASTICA E NOVA AVALIACAO DA MESMA, POR MAIS UM DIA.</p> <p>SOLICITADO EXAME DE ROTINA.</p>	<p>1. DIETA VO LIVRE <i>PN</i></p> <p>2. SF0.9% 500ML - EV - 8/8H</p> <p>3. DIFIRONA 1G EV + AD 6/6H</p> <p>4. OMEPRAZOL 40MG EV 1 X DIA</p> <p>5. PLASIL 10 MG + AD 18 ML - EV - 8/8H <i>SIN</i></p> <p>6. TRAMAL 100 MG + SF 0.9% - 100 ML - EV - 8/8H <i>SIN</i></p> <p>7. CARPTOPRIL 50 MG - VO - SE PAS >= 160 E/OU PAD >= 100 MMHG</p> <p>8. CLEXANE 80mg SC 1 VEZ AO DIA, FAZER SOMENTE 40 MG <i>nao tem prescricao</i></p> <p>9. CUIDADOS GERAIS + SINAIS VITAIS 6/6H</p> <p>10. ELEVAR MEMBRO</p> <p>11. FISIOTERAPIA MOTORA <i>FS</i></p> <p>12. CURATIVO DIARIO</p> <p><i>Dr. Livia Spertini</i> <i>Prontuario e Planejamento</i> <i>Grd. R. 1933</i></p> <p><i>SAO PAULO</i></p> <p><i>COPIA</i></p> <p><i>CONFORTAR ORIGINAL</i></p> <p><i>30/06/16.</i> <i>parti reproduzido</i> <i>Dr. Livia Spertini</i> <i>Prontuario e Planejamento</i> <i>Grd. R. 1933</i></p>	<p><i>500+500+500</i> <i>10/8/8/4</i></p> <p><i>10/8/8/4</i></p>	<p>10:15 paciente com queixas de dor, maior de 8/8h, com secreção serosa e odor fétido na ferida, todo o for medicado com medicação este se alimentando</p> <p><i>nao me f</i> <i>pa. 110x60mm</i> <i>30-06-16</i> <i>15:15 paciente de</i> <i>gua - de no leito</i> <i>calmo, eureteia</i> <i>febre, dormiu bem</i> <i>foi medicado C.P.M</i> <i>depois, em N.T.D.</i> <i>PA=100x60 mmHg</i></p>

800 Ducentos e - 14

SAÍDA / HORA

CÓPIA

CÓPIA ORIGINAL

Coluna, comissário
tornou baulho no
leito. Fito curativo
na região da perna,
fui de ~~para~~ Te. Velas.
apresentando
teido de fibrose.

Requere a
PA-110x70m
Hq. de expedição

ORIGINAL

Cópia

Stene / HUEB

02 RUA, AVENIDA, CRUZAMENTO, RODOVIA, KM, TRECHO DA RODOVIA

Rua Madre Paulina / Rua DO LAZER

03 MUNICÍPIO

Epitaciolândia

04 UF

AC

05 PRÓXIMO CRUZAMENTO, PONTE, PASSAGEM DE NÍVEL, ETC...

PRÓXIMO, GINAZIO POLIESPORTIVO

06 HORA DA OCORRÊNCIA

18:33

07 ZONA RURAL / URBANA

☐ RURAL ☒ URBANA

08 DATA

10/10/17

09 DIA DA SEMANA

SABADO

10 NATUREZA DO ACIDENTE

ATROPELAMENTO ☐ 1
COLISÃO ☒ 3
TOMBAMENTO OU CAPOTAGEM ☐ 5
CHOQUE COM OBJETO FIXO ☐ 7
OUTRA (ESPECIFICAR) ☐ 9

11 TIPO DE PAVIMENTO

ASFALTO ☒ 1
CONCRETO ☐ 3
PARALELEPÍEDO ☐ 5
CASCALHO ☐ 7
TERRA ☐ 9
AREIA ☐ 2

12 CONDIÇÕES DA VIA

SECA ☒ 1
MOLHADA ☐ 3
OLEOSA ☐ 5
ELAMEADA ☐ 7
DANIFICADA ☐ 9
OBRAS ☐ 2

13 CONDIÇÕES DO TEMPO

BOM ☒ 1
CHUVA ☐ 3
NEBLINA ☐ 5
GAROA ☐ 7

14 Nº DE VEÍCULOS

02

15 Nº DE VÍTIMAS

SEM VÍTIMAS ☐
COM VÍTIMAS ☒

16 NOME CONDUTOR

Claudemir Facundo Lira

17 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

18 NASCIMENTO

11/10/18

19 ENDEREÇO

Rua Santa Catarina - Nº 277 - B. Aeroporto. 9973-0469

20 1ª HABILITAÇÃO

27-09-2007

21 CATEGORIA

AD

22 PRONTUÁRIO

87447761

23 UF

AC

24 EX. MÉDICO EM DIA

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

25 USAVA CINTO

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

26 USAVA CAPACETE

SIM ☐ 1 NÃO ☒ 3

27 MARCA

MMC/L-200

28 ESPÉCIE

ESP/CAMIONETE

29 PLACA

NAC-6581

30 MUNICÍPIO

EPITACIOLÂNDIA

31 UF

AC

32 NOME DO PROPRIETÁRIO

CLAUDEMIR FACUNDO LIRA

33 ENDEREÇO

Rua Santa Catarina - Nº 277

35 COMPARECEU NO POSTO

SIM ☒

NÃO ☐

34 CHASSIS

93X5N KBBTECDB 2453

36 AVARIAS

Pequena monta

38 SENTIDO QUE TRAFEGAVA

Rua Madre Paulina / com a rua do LAZER

40 AÇÃO DO CONDUTOR

Permaneceu no Local

PONTOS

37 CARRO

X

39 MOTO

X

41 EXAME ALCOÓLICO REALIZADO

SIM ☐ NÃO ☐

42 NOME CONDUTOR

Mario Alcidesmar Juliano da Silva

43 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

44 NASCIMENTO

13/10/18

46 1ª HABILITAÇÃO

17-10-2017

47 CATEGORIA

AB

48 PRONTUÁRIO

577398342

49 UF

AC

50 EX. MÉDICO EM DIA

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

51 USAVA CINTO

SIM ☐ 1 NÃO ☒ 3

52 USAVA CAPACETE

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

53 MARCA

HONDA / CG-750

54 ESPÉCIE

PAS/MOTOCICLO

55 PLACA

QLV-4072

56 MUNICÍPIO

Epitaciolândia

57 UF

AC

58 NOME DO PROPRIETÁRIO

MARIO ALCIDESMAR J DA SILVA

59 ENDEREÇO

Rua CAP. Pedro Vasconcelos - Nº 374

61 COMPARECEU NO POSTO

SIM ☒

NÃO ☐

60 CHASSIS

9C2 KC1680 FR 573608

62 AVARIAS

media monta

64 SENTIDO QUE TRAFEGAVA

Rua DO LAZER

66 AÇÃO DO CONDUTOR

Permaneceu no Local

PONTOS

63 CARRO

X

65 MOTO

X

67 EXAME ALCOÓLICO REALIZADO

SIM ☐ NÃO ☒

68 NOME

Raimundo Ferreira Liberato

69 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

70 NASCIMENTO

12/10/17

71 ENDEREÇO

Rua CAP. Pedro Vasconcelos - Nº 454

72 IDENTIDADE Nº

73 ÓRGÃO EMISSOR

74 UF

76 SEXO

M ☐ 1 F ☐ 3

77 NASCIMENTO

11/11/11

75 NOME

79 IDENTIDADE Nº

80 ÓRGÃO EMISSOR

81 UF



CARTÓRIO AQUINO

CARTÓRIO AQUINO

CARTÓRIO AQUINO

Bel. Valéria Cristina Aquino dos Anjos - Tabelão e Oficial Registradora
Av. Amazonas, 1309 - Liberdade - Epitaciolândia/AC - Fone: (68) 3546-3354 - CEP: 69934-000 - E-mail: cartorioepitaciolandia@gmail.com

AUTENTICO a cópia por ser reprodução fiel do original a mim apresentado. Do que dou fé. Selo Digital: AD664374-40
AUTENTICACAO, 22/06/2016 11:15:55, BOLETIM DE ACIDENTE
CLAUDEMIR FACUNDO. Emol. R\$2,55 FECOM R\$0,15 FUNFIS R\$0,30
Total R\$3,00. Consulte em www.seloacre.com.br: 8E1C-687E
3042-D9BA. ALCIANA GOMES DE LIMA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

VITIMAS	82 NOME	Maria Neemia de Lima.			83 SEXO	M <input type="checkbox"/> F <input checked="" type="checkbox"/>	84 NASCIMENTO	fls. 15
	85 ENDEREÇO	Rua CAP. Pedro Vasconcelos N° 374.			86 FERIMENTOS	LEVES <input type="checkbox"/> GRAVES <input type="checkbox"/> FATAIS <input type="checkbox"/>	87 VIAJAVIA NO VEÍCULO Nº	1
	89 CONDIÇÃO DA VÍTIMA	CONDUTOR <input checked="" type="checkbox"/> 1 PASSAG. <input type="checkbox"/> 3 PEDESTRE <input type="checkbox"/> 5	90 CONDUZIDA PARA			Conduzido para OPS, pelos BM.		
	91 NOME				92 SEXO	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	93 NASCIMENTO	
	94 ENDEREÇO				95 FERIMENTOS	LEVES <input type="checkbox"/> GRAVES <input type="checkbox"/> FATAIS <input type="checkbox"/>	96 VIAJAVIA NO VEÍCULO Nº	
	98 CONDIÇÃO DA VÍTIMA	CONDUTOR <input type="checkbox"/> 1 PASSAG. <input type="checkbox"/> 3 PEDESTRE <input type="checkbox"/> 5	99 CONDUZIDA PARA					

100 DIAGRAMA DO ACIDENTE

CARTÓRIO AQUINO
Bel. Valéria Cristina Aquino dos Anjos - Tabelão e Oficial Registradora
Av. Amazonas, 1309 - Liberdade - Epitaciolândia/AC - Fone: (68) 3546-3354 - CEP: 69934-000 - E-mail: cartorioepitaciolandia@gmail.com

AUTENTICO a cópia por ser reprodução fiel do original a mi apresentado. Do que dou fé. Selo Digital: AD664375-48
AUTENTICACAO, 22/06/2016 11:15:55, BOLETIM DE ACIDENTE
CLAUDEMIR FACUNDO . Emol. R\$2,55 FECOM R\$0,15 FUNFIS R\$0, Total R\$3,00. Consulte em www.seloacre.com.br: 946B-0111
74E7-0129. ALCIANA GOMES DE LIMA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

101 OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Informo que esta ocorrência foi ocasionada por via ciOSP para atender uma ocorrência de trânsito no Bairro do aeroporto, ao chegar no Local constatamos a veracidade.

Segundo relato do V-2, informou que trafegava na Rua Madre Paulino ao cruzar com a rua do Lazer, vinha um carro GOL branco, e por um momento, e em seguida apareceu o V-1, por trás do GOL branco, que rodou com o V-2, causando o acidente. A vítima que é esposa do V-1, teve a perna direita machucada. O V-1 informou que estava na banca de Toledo, ao descer, colidiu com o V-2, que cruzava a pista.

ATESTO QUE AS INFORMAÇÕES ACIMA SÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE

102 MOTORISTA V-1	103 MOTORISTA V-2	104 AGENTE AUTORIDADE DE TRÂNSITO
Maria Alcimar Julião da Silva	Claudemir Facundo Lima	
105 NOME	106 NOME	107 NOME / RG
		2261
108 ASSINATURA	109 ASSINATURA	110 ASSINATURA
X Maria	X Claudemir Facundo Lima	C/2 Vieira Silva
111 LOCAL	112 DATA	
70º BPM - Brasileira	10/20/11	



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO ESPECIALIZADA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 048647/2019-A02

Município Veículo Epitaciolândia	Marca/Modelo MMC/L200 TRITON GLS D
Modelo MMC/L200 TRITON GLS D	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 18/01/2018	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Claudemir Facundo Lira	Proprietário
Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 971.323.902-44	Placa QLV4072
Renavam 01045328526	Número do Motor KC16E8F573608
Número do Chassi 9C2KC1680FR573608	Ano/Modelo Fabricação 2015/2015
Cor PRETA	UF Veículo Acre
Município Veículo Epitaciolândia	Marca/Modelo HONDA/CG150 FAN ESDI
Modelo HONDA/CG150 FAN ESDI	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 02/10/2018	Situação do Veículo REST.BEN.TRIBUTARIO
Nome Envolvido	Envolvimentos
Maria Noemia de Lima Silva	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

A NOTICIANTE IA NA GARUPA DA MOTOCICLETA GUIADA POR SEU CONJUGE (MAURO ALCIOMAR JULIÃO DA SILVA), QUANDO SOFREU UMA COLISÃO CAUSADA PELO VEICULO L200 RELACIONADO CONFORME BAT. A NOTICIANTE SOFREU VARIA FRATURAS E LESÕES, VINDO A PASSAR POR CIRURGIAS, CONFORME LAUDOS MÉDICOS.

ASSINATURAS

Leandro Ayache Rocha
 Agente de Polícia
 Matrícula 9139605-1
 Responsável pelo Atendimento

Maria Noemia de Lima Silva
 (Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Martin Fillus Cavalcante Hesse
 Delegado de Polícia
 Matrícula 9244662-3



Delegado de Polícia Civil: Martin Fillus Cavalcante Hesse
 Impresso por: Leandro Ayache Rocha
 Data de Impressão: 23/12/2019 14:37
 Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO ESPECIALIZADA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 048647/2019-A02

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 23/12/2019 14:29 Data/Hora Fim: 23/12/2019 14:30
Origem: Polícia Judiciária
Delegado de Polícia: Martin Fillus Cavalcante Hessel

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Divisão Especializada de Investigação Criminal
Data/Hora do Fato: 02/04/2016 18:33 (Data Aproximada)

Local do Fato

Município: Epitaciolândia (AC)
Logradouro: RUA MADRE PAULINO
Complemento: PROXIMO AO GINAGIO

Bairro: Aeroporto

Tipo do Local: Outro

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 303 CAPUT DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: CLAUDEMIR FACUNDO LIRA (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR (AUSENTE), CONDUTOR (AUSENTE))

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Nasc: 10/03/1980

Estado Civil: Sem Informação

Endereço

Município: Rio Branco - AC
Logradouro: RUA SANTA CATARINA
Bairro: AEROPORTO
Telefone: (68) 99973-0469 (Celular)

Nº: 211

Nome Civil: MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: AC - Brasileira

Sexo: Feminino

Nasc: 24/04/1962

Profissão: Não Informado

Estado Civil: Sem Informação

Nome da Mãe: Maria Lucila de Lima

Endereço

Município: Rio Branco - AC
Logradouro: RUA CAP. PEDRO VASCONCELOS
Telefone: (68) 99964-6499 (Celular)

Nº: 374

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão
CPF/CNPJ do Proprietário 779.451.312-04	Placa NAG6581
Renavam 00992621321	Número do Motor 4M41UCBB8004
Número do Chassi 93XSNKB8TECD82453	Ano/Modelo Fabricação 2014/2013
Cor PRATA	UF Veículo Acre

Delegado de Polícia Civil: Martin Fillus Cavalcante Hessel

Impressão por: Leandro Ayache Rocha

Data de Impressão: 23/12/2019 14:27

Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2



PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190717751

Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA

Data do Acidente: 02/04/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), MARIA NOEMIA DE LIMA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

salva +
www.seguradoralider.com.br

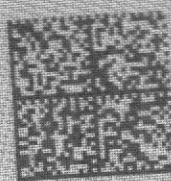
O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não) foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.

Seguro DPVAT - Proteção para todos

Seguradora
LIDER
Administradora do Seguro DPVAT



Seguradora
LÍDER
Administradora do Seguro DPVAT



Correios
RS 0
02.01.2016

MARIA NOEMIA DE LIMA
R FRANCISCO VIEIRA, 160
FLORESTA SUL
CEP 69900-001 - RIO BRANCO - AC

www.seguradoralider.com.br
CEP: 20.270-971
CAIXA POSTAL 40.970

Seguradora Líder - DPVAT

DEVOLUÇÃO

Para uso dos correios
☐ Mudou-se
☐ Desconhecido
☐ Recusado
☐ Ausente
☐ Não procurado

☐ Endereço insuficiente
☐ Não existe o nº indicado
☐ Falecido

Data _____

☐ Morador
☐ Síndico
☐ Porteiro

Responsável pela informação

Entregador

Entre em contato conosco
SAC DPVAT 0800 022 12 04
www.seguradoralider.com.br



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 220.997.072-68 4 - Nome completo da vítima: Maria Noêmia de Lima Silva

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Maria Noêmia de Lima Silva 6 - CPF: 220.997.072-68
 7 - Profissão: Recusado-me 8 - Endereço: R. Francisco Vieira 9 - Número: 160 10 - Complemento:
 11 - Bairro: Floresta Sul 12 - Cidade: Rio Branco 13 - Estado: AC 14 - CEP: 69.906-259
 15 - E-mail: 16 - Tel.(DDD): (68) 99964-6499

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR 99987

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO:
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)
 AGÊNCIA: 0534 053 CONTA: 00307258 2 AGÊNCIA: CONTA:

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
 25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
 28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Rio Branco - AC 23/12/2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder de
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0466614/19

Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA

CPF: 220.197.072-68

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 02/04/2016

CPF de: Próprio

Titular do CPF: MARIA NOEMIA DE LIMA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

MARIA NOEMIA DE LIMA : 220.197.072-68

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 23/12/2019
Nome: MARIA NOEMIA DE LIMA
CPF: 220.197.072-68

MARIA NOEMIA DE LIMA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 23/12/2019
Nome: MAIRLA LIMA DE SOUZA
CPF: 025.424.522-61

MAIRLA LIMA DE SOUZA

04.034.526/00009-09

Secretaria do Estado de Saúde
Hospital Sismundo Chaves

R. PEP. Relando Metelza SN

CEP 69.231-000

BRASILIA

AG



Governo do Estado do Acre
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Novo Acre
Governo parceiro, para empreendedores

COPIA ORIGINAL

Data: 18.08.16 Hora: 16:40

Rda 9 dias do Nascimento

RESP: JAVIL

SABES LO BLO BRASILIAVAC

BOLETIM DE ATENDIMENTO

DATA: 02/04/16 HORA: 18:55 Nº SIS PRÉ NATAL: C.SUS-Nº

NOME: Maria Naemia de Lima Silva IDADE: 53

DATA NASC.: 24/04/62 SEXO: () MASCULINO (X) FEMININO

ESTADO CIVIL: Casada PROFISSÃO: Comerciante TEL: 9929-0709

ENDEREÇO: Rua Capitão Pedro de Vasconcelos n. 34

BAIRRO: Aeroporto CIDADE: Epitaciolândia ESTADO: AC

RESPONSÁVEL: Maria Delma pereira Melo TEL: 9958-2202
amiga

QUEIXA PRINCIPAL:

avulsa de auto / Fratura exposta de
 Joelho direito

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA: Fratura Exposta joelho (D)

TRATAMENTO: Solução Ringer lactato 500

Urina DT Oly (TM) 21.25

Paracetamol transfundido à RB.

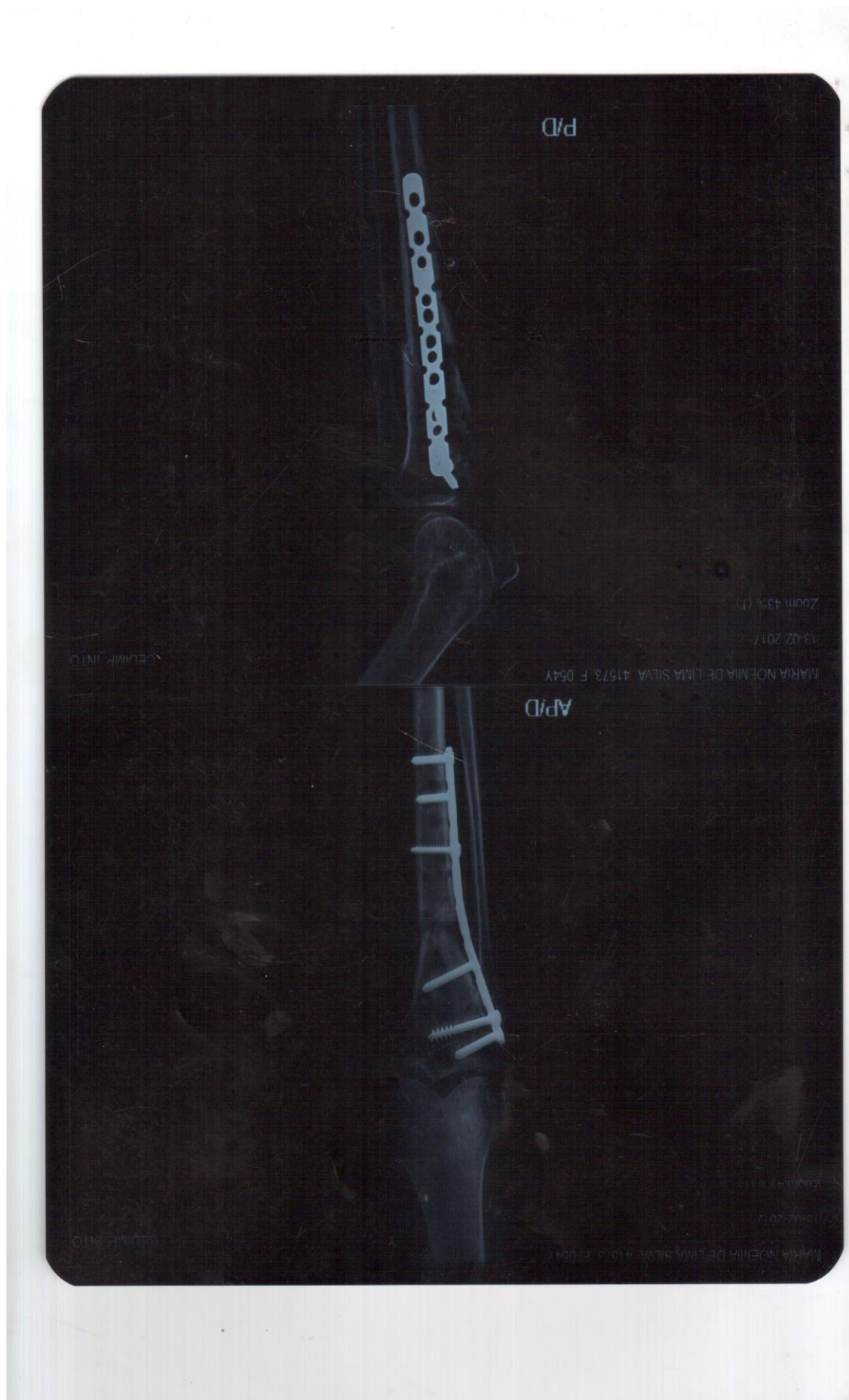
24hs. Realizada punção de 1,5" de diâmetro de diâmetro
de cor clara, ± 150 ml. EP: 100% hemácias, 100% leucócitos.

Tatiana Andrade Faria
CLINICO GERAL
CRM 10.1071

CONDIÇÕES DE ALTA: () MELHORAMENTO () CURADO () A PEDIDO () EVASÃO () ÓBITO

INTERNAÇÃO PARA: TRATAMENTO PARA:

EXAMES: () RX () LABORATÓRIO () ULTRASSONOGRAFIA () OUTROS













TEC: MARIA C. F. LO

EXP 14 04 2016

[F]

20/0001 JOELHO F. (17/04/2002) 118

188 MARIA MOREIRA LIMA

HUBERB - RIO MED

ORIGINAL

CÓPIA

ANEXOS / HUIRB

Prezado senhor, apresento a seguinte situação: a empresa, a qual é a ADRIANA, apresenta a seguinte situação, durante o período de 01/01/2020 a 31/12/2020, a empresa não apresentou nenhuma movimentação financeira, nem mesmo a abertura de uma conta bancária.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

HUERB

REGISTRO PACIENTE

MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA

IDADE

54

CLÍNICA

CMCB - CLÍNICA MÉDICA CIRÚRGICA - B

LEITO

171

EVOLUÇÃO

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

EXPOSIÇÃO DA PLACA EM JOELHO DIREITO

1. DIETA VO LIVRE

2. SFO 9% 500ML - EV - 8/8H

3. DIPIRONA 1G EV + AD 6/6H

4. OMEPRAZOL 40MG EV 1 X DIA

5. PLASIL 10 MG + AD 18 ML - EV - 8/8H (S/N)

6. TRAMAL 100 MG + SF 0.9% - 100 ML - EV - 8/8H (S/N)

7. CAPTOPRIL 50 MG - VO - SE PAS >= 160 E/OU PAD >= 100 MMHG

8. CLEXANE 60mg SC 1 VEZ AO DIA, FAZER SOMENTE 40 MG OU HEPARINA 5000 UI - SC - 12/12H

9. CUIDADOS GERAIS + SINAIS VITAIS 6/6H

10. ELEVAR MEMBRO

11. FISIOTERAPIA MOTORA

12. CURATIVO DIÁRIO

EXAME FÍSICO: ÁREA DE EXPOSIÇÃO COM SECREÇÃO PURULENTA, SINAIS DE INFECÇÃO.

GUARDA GOBERTURA CUTÂNEA PELA CIRURGIA PLÁSTICA.

OBS.: PACIENTE EXPOSTA À COLONIZAÇÃO DE BACTÉRIAS HOSPITALARES PELA FALTA DE GOBERTURA CUTÂNEA, POR ISSO A IRIGÊNCIA DO SEU CASO.

GUARDA TFD PELA PLÁSTICA E NOVA AVALIAÇÃO DA MESMA. CONSULTA AGENDADA PARA HOJE.

Dr. Adilson Jaunes de Andrade Junior
Fisioterapeuta
CREFTO 16.368 - F

Boa noite - N
coluna, com cateto
tomou banho.
Fito cateto no
região da perna
fez a aspiração
postos de fibrina +
granulados. Fe.
Vela.
Ad: 20, que continuava
da ao HC, pl. qualia
de de cirurgia plás
tica. Ex: 2000
17:00 Euolui col na
m. Alfe quiza no
momento opulso
dieta líquida, ou
presente de Vela.

as Johns patient
Refered for
diagnosis & treatment
of chronic bronchitis -
as per Dr. Segerson's
letter dated Jan. 1961
enclosed. Ref: PH-130X90
on Mtg. The Sign.

[illegible]

20

SECRET

REGISTRO	PACIENTE	IDADE	CLÍNICA	LEITO
	MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA	54	CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B	175
EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	
EXPOSICAO DA PLACA EM JOELHO DIREITO PACIENTE EM BOM ESTADO GERAL, ORIENTADA, CORADA, LUCIDA, SEM QUEIXAS. AGUARDA PROCEDIMENTO COM CIRURGIAO PLASTICO NA SEGUNDA SEM CONDUITA ORTOPEIDICA NO MOMENTO. ALTA DA ORTOPEIDIA ORIENTADA PELO DR. RONEIDO + RECEITA + RETORNAR A SALA DE ACESSO NA SEGUNDA FEIRA APOS A CIRURGIA, NO DIA 18/07/16, PARA REAVALIACAO.	1. DIETA VO LIVRE 2. SFO 9% 500ML - EV - 8/8H 3. DIPIRONA 1G EV + AD 6/6H 4. OMEPRAZOL 40MG EV 1 X DIA 5. PLASIL 10 MG + AD 18 ML - EV - 8/8H S/N 6. TRAMAL 100 MG + SF 0.9% - 100 ML - EV - 8/8H S/N 7. CAPTOPRIL 50 MG - VO - SE PAS >= 180 E/OU PAD >= 100 MMHG 8. CLEXANE 60mg SC 1 VEZ AO DIA, FAZER SOMENTE 40 MG OU HEPARINA 5000 UI - SC - 12/12H 9. CUIDADOS GERAIS + SINAIS VITAIS 6/6H 10. ELEVAR MEMBRO 11. FISIOTERAPIA MOTORA 12. CURATIVO DIARIO	5:00 500 x 500 x 500 18.16.32.04 16 09	8:00h, curar brinde de aparece brinde de de curso + receber ficha. Realizar curativo no M.T. e brinde SFO 9% + Parafina 1gr. e: 100g 17:00h / curar h.o.T. e de Préica albedio, ver necessidade. Sem preparo no momento função fisiologica pro blete. PA = 110 x 60 em m.d. e: Rosângela 10/07/2016 AS 04:00 mód. repuser dor albedio diversos repuser acento medicados do brinde PA 100 x 70 mm m.d. fe glorieo coram 672518	

fls. 34

transfereida p/ HC, p/ to cirúrgico, pela cirurgia plástica. Tef deus

COPIA
ORIGINAL

ATA

SECRET

29/02/2020

As 07h00 recebido Oct-ordem/can
mativa, afil, acordado, não refu de
nemauro, mantendo acuo vomado,
acilou bem a dita afuacida, fura
fideologia Ruente, fomen banco
omveio, treado longa in duana e
nada Privativa.

~~Tec. da op. gerido~~

Pilot Jaula Juliana, P/H
Alugueiro. EUG COUIS
50833322

SARTE / JACOB

CÓPIA

CERTIFICADO ORIGINAL

**HOSPITAL SANTA JULIANA**

Rua Alvorada, 506 - 69909-380 - Rio Branco - AC

CNPJ/MF: 00.529.443/0003-36Tel: (68) 3212.4700 - Fax: (68) 3212.4798 - Email: hsj@hsj.org.br

fls. 37

**FICHA DE INTERNAÇÃO**

Prontuário: 163338 - 4	Entrada: 22/07/2018	Hora: 1613	Apto/Leito: 106
Paciente:	MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA		
Reg. Geral: 114762	Orgão Emissor: SSP AC	Data Expedição: 05/10/2016	
CPF: 22019707268	Raca/Cor: Parda	Cartão SUS: 704702772920934	Sexo: F
Dt. Nasc.: 24/04/1962	Est. Civil: DIVORCIADO(A)	Natur.: RIO BRANCO	Idade: 56 Anos
Conjuge:			
Nacionalidade: BRASIL	End.: RUA FRANCISCO VIEIRA	Nro: 160	
Bairro: FLORESTA	CEP: 69900970	Cidade: Rio Branco	Estado: AC
Fone: 69 992567959	Cel.: ****	Fone Contato: 69 999409285	
Local de Trabalho:	Profissão: AUTONOMA		
PAI: JOSE LUIZ DE LIMA	MAE: MARIA LUCILA DE LIMA		
Resp.: ALEX SAIMON DE LIMA	End.: RUA FRANCISCO VIEIRA		
Nro.: 160	Cidade: Rio Branco	UF: AC	
Fone Res.: -	Fone Com.: -		
Motivo da Internação: Clínica Ortopédica	Trouxe RX: S	Exame: S	
Convênio: SUS	Plano: ENFERMARIA		
Nro Carteira:	Validade:	Senha:	
Nro Guia:	Sispre:		
Médico (a): MARCO AURELIO BRANCO			
Observação: AIH EM ANEXO CODIGO DA SOLICITACAO N 245739200 COPIA EM ANEXO			
Atendente: Sanara Araujo			

TERMO PARA INTERNACAO E TRATAMENTO

Autorizo a internação de MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA neste hospital bem como os tratamentos clínicos e/ou
 rgicos que se fizerem necessários.

Rio Branco - AC, 22 de julho de 2018

Alex Saimon de Lima
 ALEX SAIMON DE LIMA

AVISO

O hospital Santa Juliana, avisa aos usuários que não dispõe de serviços de guarda de objetos pessoais ou bens de valores, tais como, celulares, notebook, computadores ou joias, por esse motivo informamos que é de inteira responsabilidade do paciente e seus acompanhantes a guarda de tais objetos não tendo o Hospital nenhuma responsabilidade civil sobre eventuais danos que por ventura possa ocorrer nas dependências desse nosocômio.

Rio Branco - AC, 22 de julho de 2018

HST
23/07/18
Uti ci pnt. Uti ci
Fl. Bragança
SUS
CH. FR - 009827

Alex Saimon de Lima
 ALEX SAIMON DE LIMA

Confere com a Original
 Hospital Santa Juliana
 CNPJ: 00.529.443/0003-36
 Rua Alvorada nº 806 - Bosque

RELATORIO DE ENFERMAGEM NA ADMISSAO

22/07/18 às 16:45h Admitida para realizar procedimento cirurgico de Ortopedia aos cuidados do Dr. Marco Aurelio em cadeira de rodas, em ar ambiente, lúcida, verbalizando, e AAS, nega DM e nega alergia medicamentosa. SSVV:

P.A.: 130x80 mmHg Felipe Pastos
Enfermeiro
COREN-AC 483.897

23/07/18 Às 13:00 h pte deu entrada na SO em maca, acordada, lúcida, eupneica, comunicativa para submeter-se a procedimento cirurgico aos cuidados do Dr. Antônio José, auxiliado pelo Dr. Ronaldo + Dr. Marco Aurelio, instrumentador Alex. Riso de leito com HUP em MSD de bom fluxo sanguíneo. Às 13:30 h foi anestesiada pelo Dr. Ney, Raquel. Às 13:30 h início do procedimento cirurgico. $SpO_2 = 94\%$, $Fc = 64$ bpm, $PA = 98 \times 64$ mmHg. ligada O₂ em 5l/min em máscara de Hudson no início do procedimento e desligada no final. Às 14:55 h término do procedimento cirurgico. Às 15:20 h pte encaminhada em maca para RPA. $SpO_2 = 100\%$, $Fc = 59$ bpm, $PA = 109 \times 64$ mmHg.

Elizete dos Santos Solon
Téc. de Enfermagem
COREN-AC 918.521

CONTROLE ESTERILIZAÇÃO-HSJ

Data esterilização: 26/7/18 Validade: 31/7/18

Autoclave: 01 Ciclo: 03 Lote: 03

Caixa de Cirurgia: Ortopedia Básica

Responsável: Tec: Ana Piara Coren: 26104

Indicator REF3100

Accept (OK)

enter accept window

Indicator REF3100

Accept (OK)

enter accept window

Indicator REF3100

Accept (OK)

enter accept window



OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO

HOSPITAL SANTA JULIANA

Fone: 0xx68-3212-4700 / fax: 0xx68-3224-9129

CNPJ.: 00.529.443/0003-36

SALA DE RECUPERAÇÃO ANESTÉSICA (Pontuação)

Paciente: *Maria Valéria de Lima Silva*
 N° Apt°.: *306*
 Data: *23/07/2018*
 Cirurgia: *T.C. Fract. Fêmur*
 Início: *13:30*
 Término: *14:55*

Pontuação Final:

Cirurgião: *Antonio Isse*

Enfermeiro (o) *Rosiane*

Anestesista: *NEY*

Tipo de Anestesia: *Raqui*

Item de Avaliação	pontuação	Na Admissão	1h	2h	3h
Respiração:					
Capacidade de respirar profundamente e tossir	2				
Esforço respiratório limitado	1	2	2		
Nenhum esforço espontâneo	0				
Circulação: Pressão arterial sistólica:					
->80% do nível pré-anestésico	2				
-50 à 80% do nível pré-anestésico	1	2	2		
-<50% do nível pré-anestésico	0				
Nível de Consciência					
- Responde verbalmente a questões (orientado tempo e espaço)	2				
- Acorda quando chamado pelo nome	1	2	2		
- Não responde o comando	0				
Coloração:					
- Coloração e aparência normais da pele	2				
- coloração da pele alterada pálida, escura, manchada, icterico	1	2	2		
- cianose evidente:	0				
Atividade muscular:					
- Capacidade de movimentar todas extremidades:	2				
- Capacidade de movimentar-se duas extremidades	1	1	1		
- Incapacidade em controlar qualquer extremidade	0				
Total		9	9		

* Necessário para que receba alta acima de 7 pontos.

* Horário de liberação.

* Assinatura do Enfermeiro

* Assinatura do Médico Anestesiologista:

Rosiane Freire
 Enfermeira
 CORENAC 304.787


NEY (M) 1931

Confere com o Original
 Hospital Santa Juliana
 CNPJ: 00.529.443/0003-36
 Rua Alvorada nº 306 - Bosque

Relatório de Enfermagem da RPA
(Recuperação Pós Anestésico)

23/07/2018 às 15:25 paciente deu entrada na RPA, após procedimento cirúrgico, comunicação, normocorpo, normotensa, eupneica, Portando HVP em USO de 500ml, fluxo monitorizado, por oxímetros de pulso, SpO_2 93%. Fc = 63 bpm. P.A = 125 x 62 mmHg. às 15:40 paciente permanece na RPA, SpO_2 = 95%. Fc = 60 bpm. P.A = 90 x 50 mmHg. às 15:55 paciente permanece na RPA, SpO_2 = 96%. Fc = 58 bpm. P.A = 84 x 52 mmHg. às 16:10 paciente permanece na RPA, SpO_2 = 95%. Fc = 55 bpm. P.A = 87 x 52 mmHg. às 16:15 paciente estava recebendo alta da RPA pelo Dr. N. N. encaminhado ao leito em mesa.

Márcia C. de Lima
Técnica de Enfermagem
COREN-AC: 001.191.031

HOSPITAL SANTA JULIANA		SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA FICHA DE ANESTESIA	
 <p>OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO CNPJ: 00.529.443/0003-36 Rua Alvorada nº 806 - Bosque - Cep: 69.901-380 - Rio Branco - Acre Fone: (68) 3212-4700 / Fax: 3224-9129 www.hsj.org.br</p>		Nº PRONTUÁRIO	
DATA	NOME		Apl./Enf.
23/07/18	Mário Naelmo de Lima S. Jr.		305
IDADE	SEXO	COR	ALTURA
56	M		
PESO	GRUPO SANG.	PA	PULSO
HORA	15:15 30' 16h 30'		
GASES			
ECG	5 mmol 5 5 5		
SÃO (%)	98 98 98 98 98 98		
C.O ₂ exp			
LÍQUIDOS	<p>500 (1) (2) (3)</p> <p>260</p> <p>240</p> <p>220</p> <p>200</p> <p>180</p> <p>160</p> <p>140</p> <p>120</p> <p>100</p> <p>80</p> <p>60</p> <p>40</p> <p>20</p>		
CÓDIGO	<p>P Anter O Pulso O - Respiração</p> <p>X Anestesia O Operação</p> <p>V A</p>		
Ventilação	<p>Espontânea</p> <p>Assistida</p> <p>Controlada</p>		
Ovitorização	<p>SIM NAO</p> <p>Cardioscópio () ()</p> <p>Oxímetro () ()</p> <p>Pani () ()</p> <p>Capnógrafo () ()</p> <p>Analizador de gases () ()</p> <p>T. O. F () ()</p> <p>Estetoscópio () ()</p> <p>P. A. I. () ()</p> <p>OUTROS:</p>		
TÉCNICA	Rogin		
CIRURGIA	TCF de pernas		
CIRURGIÕES	Reneado/Marco Aurelio/Antônio		
RAQUIANESTESIA:	OUTROS:		
Bloqueios	<p>X - monitorização + <input checked="" type="checkbox"/> revisão de venoclise venoclise 15</p> <p>1 - antissepsia + assepsia;</p> <p>2 - punção subaracnóidea <input checked="" type="checkbox"/> mediana <input type="checkbox"/> paramediana em 13.4 com agulha 27G Quincke, descartável, saída de líquido <input checked="" type="checkbox"/> claro <input type="checkbox"/> turvo, aparentemente <input checked="" type="checkbox"/> normotenso <input type="checkbox"/> hipotenso <input type="checkbox"/> hipertenso, <input checked="" type="checkbox"/> ausência <input type="checkbox"/> presença de parestesia, <input checked="" type="checkbox"/> tentativa + injeção de 15 mg de bupivacaína</p> <p><input type="checkbox"/> hiperbárica 0,5% <input checked="" type="checkbox"/> isobárica 0,5% + morfina 2 mg.</p> <p>3 - <input type="checkbox"/> Cefazolina 2g IV; <input checked="" type="checkbox"/> Dipirona 2g IV; <input checked="" type="checkbox"/> Tenoxicam 40mg IV; <input checked="" type="checkbox"/> Ondansetrona 4 mg IV; <input type="checkbox"/> Oxitocina 20 UI no soro; <input checked="" type="checkbox"/> Dexametasona 10 mg IV; outros:</p>		
Anestesia	<p>(A) Demerol</p> <p>Fentanyl</p> <p>(B) Ceftriaxona</p>		

Confere com a Original
Hospital Santa Juliana
CNPJ: 00.529.443/0003 - 36
Rua Alvorada nº 806 - Bosque

Ney/24/1831

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

(Campo, Acesso, Exploração Tática, Técnica, Fechamento)

- 1- Paciente DE CUBITO DORSAL SOB ANESTESIA
- 2- Antissepsia + DRESSING
- 3- Incisões: Medial em punho (E) + Retirada de enxerto de TÍBIA RETORNADO + Incisão OBLÍQUA DE CRISTILÍACO (E) + Retirada de enxerto ~~de~~ cortical
- 4- Incisão lateral em toda de GOLFE INVERTIDO + Dissecção em planos até visualização de áreas de FOLHA ÓSSEA + Retirada de enxerto + lavagem
- 5- Colocação de enxertos + fixação com placa em T e Parafusos
- 6- RX controle OR
- 7- Lavagem + Sutura em planos até pele + Curativo

ACIDENTES E INCIDENTES:

Não

MATERIAL DE SUTURA - DRENOS

MEDICAÇÕES:

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> ABD 500 ml _____ | <input type="checkbox"/> Glicose 50% inj. _____ | <input type="checkbox"/> SF 1000 ml _____ |
| <input type="checkbox"/> ABD 1000 ML _____ | <input type="checkbox"/> Kolagenase pomada _____ | <input type="checkbox"/> Telebrix _____ |
| <input type="checkbox"/> Adrenalina 1 mg/1ml _____ | <input type="checkbox"/> Neomicina pomada 5mg _____ | <input type="checkbox"/> Xilocaína gel _____ |
| <input type="checkbox"/> Bupivacaína 0,5% s/v _____ | <input type="checkbox"/> Ropivacaína 200mg _____ | <input type="checkbox"/> Xilocaína s/v _____ |
| <input type="checkbox"/> Glicose 25% inj _____ | <input type="checkbox"/> SF 500 ml _____ | <input type="checkbox"/> Xilocaína c/v _____ |
| <input type="checkbox"/> Sorbitol 1000ml _____ | <input type="checkbox"/> Ioversol _____ | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

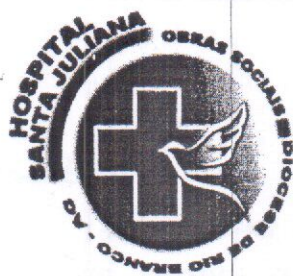
KEF 200 2g IV

MATERIAL ENVIADO A EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO

Antônio José S. Lopes
Ortopedia - Traumatologia
Cirurgia do Joelho - Artroscopia
CRM: 1263 - TEOT: 10480

CIRURGIÃO - CRM-AC

AUXILIAR CRM-AC



HOSPITAL SANTA JULIANA

OBRAS SOCIAIS - DIOCESE DE RIO BRANCO

CNPJ: 00.529.443/0003-36

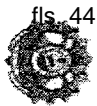
Rua Alvorada, 806. Bairro Bosque – CEP: 69.900-631
Rio Branco-AC – Tel.: (68) 3212-4700 – Fax: (68) 3224-9129

RELATÓRIO DE CIRURGIAS

NOME: <u>Maria Nogueira de Lima Silva</u>		PRONTUÁRIO:	
IDADE:	SEXO:	PESO:	DATA: <u>23/07/18</u>
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: <u>Sequela de osteomielite + Fístula</u> <u>óssea crônica em Tíbio Direita</u>			
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:			
CIRURGIAS REALIZADAS:		<u>Retirada de curetas + osteossíntese em Tíbio + Colagem</u> <u>enxerto (tíbio e crânio ilíaco)</u> <u>Tratamento cirúrgico de sequela de osteomielite</u>	
FATOR DE RISCO DE INFECÇÃO:			
<input checked="" type="checkbox"/> LIMPA <input type="checkbox"/> POTENCIALMENTE CONTAMINADA <input type="checkbox"/> CONTAMINADA <input type="checkbox"/> INFECTADA			
TIPO DE CIRURGIA		ANESTESISTA	
<u>ELETIVA</u>			
EQUIPE CIRURGICA:			
CIRURGIÃO: <u>Dr. Antônio Issé</u>			
1º AUXILIAR: <u>Dr. Marco Aurélio</u>			
2º AUXILIAR: <u>Dr. Ronaldo</u>			
ANESTESISTA: <u>Dr. Ney</u>			
CIRCULANTE: _____			
Hora Início: _____		Horário Término: _____ Duração: _____	
PATOLOGIA CIRÚRGICA (Alterações Anatômicas, Funcionais, Estruturais, Etc)			

Confere com a Original
Hospital Santa Juliana
CNPJ: 00.529.443/0003-36
Rua Alvorada nº 806 - Bosque

digitado e impresso em: 23/04/2016 às 14:01:07



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

REGISTRO

PACIENTE

MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA

IDADE

53

CLÍNICA

CMCB - CLÍNICA MÉDICA CIRÚRGICA - B

LEITO

169

HUERB
Hospital e Urgência
Unidade de Pronto Atendimento

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
FX EXPOSTA DE PLANALTO TIBIAL DIREITA	1. DIETAL LIVRE 2. SF 0.9% 500ML - EV - 12/12H 3. DIPIRONA 1 G EV + AD 6/6H 4. OMEPRAZOL 20MG EV 1X DIA 5. TRAMAL 100 MG + SF 0.9% - 100 ML + PLASIL 10MG - EV - 8/8H S/N 6. CUIDADOS GERAIS + SINAIS VITAIS 6/6H 7. CEFALOTINA 1G IV 6/6H 8. GENTAMICINA 240MG + SF 250ML IV 1X DIA 9. CLEXANE 40 MG SC 1X DIA 10. DIAZEPAN 5MG 1 CP VO A NOITE 11. PROPANOLOL 40MG 1X DIA		dar 07:00am 18:00 P.O. - vitais, comunicação, comunicação/observar, acessado, não verbaliza nomenclatura, mantendo acesso venoso em MD, acessar com ajeito afectado, fungos fisiológica presente terran com o análise de prurido focoso sangrar de cama e pouca sua, cupeto no pelo com SF 0.9% Oxalidina 100mg sentado Acetato Benzquinolona PA 120x80mm/Hs Tecido 10x20mm
EXTERNO TRANS ARTICULAR, SEM QUEIXAS, SEM SINAIS FISIOLÓGICOS, PERFUSÃO DISTAL MANTIDA			
FO LIMP A E UMIDA			

SAME / HUERB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

Rui Ramos dos Santos
PRM Ortopedia e Traumatologia
CRM/AC 1956

Nome do Paciente Mário Nogueira de LencIdade: 54 Observação: _____Diagnóstico pré-operatório: fratura do plano do T. 6/6 (C)Cirurgia proposta: Reposicionamento do fixador transostealDiagnóstico definitivo: O mesmoCirurgia realizada: O mesmo

Data _____

Cirurgião Dr. Nogueira1º Auxiliar Dr. Rogério / Dr. Roger

Auxiliar _____

Instrumentadora _____

Anestesista _____

Anestesia _____

Eventos durante o ato cirúrgico

() Sim

☒ Não

Descrição _____

Procedimento de congelamento

() Sim

☒ Não

Diagnóstico patológico: _____

Desfecho do paciente imediatamente após o ato cirúrgico

? Enfermaria

() CT

() Residência

() Óbito

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Refratado do Pêlo de shull
reposicionamento do fixador externo.Dr. Rogério Milán Chávez Pérez
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 1864 - AC



Governo do Estado do Acre

Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE

Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco - HUERB

CENTRO CIRÚRGICO

SAME / HUERB

CÓPIA

CONFORME ORIGINAL

fls. 46

HORA DE CHEGADA: 12:10h SALA: 1 DATA: 14.04.16.
NOME DO PACIENTE: Maria Noemica de Lima Silva IDADE: 53 a
PROCEDÊNCIA: EMERGÊNCIA () AMBULATÓRIO () OUTROS ☒ CCB
ANESTESIA: GERAL () RAQUEANESTESIA () LOCAL () OUTRAS ()
INÍCIO DA ANESTESIA: TÉRMINO DA ANESTESIA:
PROCEDIMENTO REALIZADO: Reposicionamento de fixador Transfibular.
INÍCIO DA CIRURGIA: 12:20 TÉRMINO DA CIRURGIA: 12:35
CIRURGIÃO: Dr Marco Antônio (Rorido) AUXILIAR(ES): Dr. Rorido
ANESTESISTA: INSTRUMENTADOR: Diana
CIRCULANTE: Valdemir ENF: Maria Jore

MATERIAL DE MEDICAÇÃO UTILIZADOS

MEDICAMENTO	MATERIAL	MATERIAL
BUPIVACAÍNA PESADA 05%	AGULHA DESC. Nº	FIO VICRYL
BUPIVACAÍNA S/ VASO	ÁLCOOL 70% <i>100ml</i>	FIO ALGODÃO
BUPIVACAÍNA C/ VASO	ALGODÃO ORTOPÉDICO	FIO PROLENTE
COLAGENASE	AGULHA P/ RAQUE	FORMOL
DORMINID	AGULHA PERIDUAL	FURADEIRA
DIPIRONA	ASPIRADOR	GASES <i>200ml</i>
DIAZEPAN	ATADURA GESSADA	GELFOAN
DILUENTE	ATADURA DE CREPON <i>100ml</i>	GORRO <i>5 unid.</i>
DOPAMINA	ABOCATH Nº	INTRAQATE Nº
EPINEFRINA	BISTURI ELÉTRICO	KIT DRENO DE TORAX Nº
FENTANIL	BOLSA C. URINA	LUVAS CIRÚRGICAS 7,0
FUROSEMIDA	BOLSA P/ COLOSTOMIA	LUVAS CIRÚRGICAS 7,5 <input checked="" type="checkbox"/>
HIDROCORTIZONA	BORRACHA P/ ASPIRAÇÃO	LUVAS CIRÚRGICAS 8,0
KEFLIN	COLETOR UNIVERSAL	LUVAS CIRÚRGICAS 8,5
KETALAR	CATETER NASAL T. ÓCULOS	LÂMINAS DE BISTURI
LIDOCAÍNA	CERA ÓSSEA	LUVAS P/ PROCEDIMENTOS <input checked="" type="checkbox"/>
LIDOCAÍNA GEL	CHUMAÇO	MALHA TUBULAR
MANITOL	C. TRAQUEOSTOMIA Nº	MÁSCARA <i>5 unid.</i>
NETRONIZADOL	C. ENDOTRAQUEAL Nº	MULTIVIA
MORFINA	COLAGENASE POMADA	PANO P/ PACOTE(ÓBITO)
PAVULON	COMPRESSA CIRÚRGICA	POVIDINE DEGERMANTE <i>100ml</i>
PROPOFOL	DRENO DE PENROSE Nº	POVIDINE TINTURA <i>100ml</i>
PLASIL	ELETRODOS	POVIDINE TÓPICO
PROSTIGMINE	EQUIPO P/ SORO	PRO PÉ <i>10 unid.</i>
SULFADIAZINA DE P.	ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO	SCALP Nº
SORO FISIOLÓGICO 0,9%)	ESPARADRAPO	SWAB
SORO GLICOSADO 5%	ESPARADRAPO MICROPOREN	SERINGA DE 1 ML
SORO RINGER LACTADO)	FAIXA DE SMARCH	SERINGA DE 3 ML
TIOPENTAL	FIXADOR EXTERNO	SERINGA DE 5 ML
TRAMAL	FRALDA	SERINGA DE 10 ML
VALATIL	FILTRO BACTERIOLÓGICO	SERINGA DE 20 ML
VALUEN 6%	FITA CARDÍACA	SONDA NASOGÁSTRICA
	FIO DE KIRSCHNER	SONDA P/ ASPIRAÇÃO
	FIO MONONYLON	SONDA RETAL
	FIO SUTUPACK	SONDA URETRAL
	FIO CAT GUT C.	SONDA FOLLEY
	FIO CAT GUT S.	TELA DE MAELEX



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE
Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco - HUERB

SAME / HUERB
CÓPIA
HOSPITAL
URGENCIAS E EMERGENCIAS

fls. 47

FICHA DE ANESTESIA

Paciente: <u>Maria Nêmic de Lima Silva</u>		Idade: <u>33</u>		Sexo: <u>F</u>		Cor: <u>P</u>		Registro: <u>331842</u>		
Fator proc: <input type="checkbox"/> PSA <input type="checkbox"/> PSI <input type="checkbox"/> CCA <input type="checkbox"/> CCB <input type="checkbox"/> CMA <input type="checkbox"/> CMB <input checked="" type="checkbox"/> CC <input type="checkbox"/> UTI										
Altura	Peso	PA (mmHg)	P (bpm)	FR (irpm)	Tem (°C)	Sat O ₂ (%)	Grupo Sgneo:	Fator Rh		
Im	Ht.	Hb	Leuco	Glicose	Uréia	Creatinina	BT / BD / BI	TGO / TGP		
Diagnóstico Pré-Operatório:										
p. Resp: <input type="checkbox"/> Asma <input type="checkbox"/> Bronquite MV:					Complacência:					
CV:					ECG:					
p. Digestivo/Dentes					Pescoço		Peças Dent.			
p. Urinário:					Drogas em Uso:					
Estado Mental:					ASA: <input type="checkbox"/> 1 <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Risco					
Anestesias Anteriores:					Hora:					
Medicação Pré-anestésica:					Efeito:					
ORA: <u>09:30</u> <u>10:00</u>										
GASES	O ₂									
	NO ₂									
	HALOG									
Líquidos	<u>SEL</u>	<u>500 + 500 ml</u>								
V Pressão Arterial / O Pulso / Respiração X Anestesia / O Cirurgia	SpO ₂	<u>97</u>	<u>97</u>							
	240									
	220									
	200									
	180									
	160									
	140									
	120	<u>✓</u>	<u>✓</u>							
	100	<u>✓</u>	<u>✓</u>							
	80	<u>✓</u>	<u>✓</u>							
	60	<u>✓</u>	<u>✓</u>							
	40	<u>✓</u>	<u>✓</u>							
	20	<u>✓</u>	<u>✓</u>							
	DROGAS ADMINISTRADAS		Técnica: <u>Requisição + xda</u>				Monitorização: <u>ECG + PNI + O₂</u>			
	<u>Fentanyl 100 mcg + Midazolam 5mg</u>		Cirurgia: <u>Fixação externa MTD</u>				Ap. Resp.: <u></u>			
<u>Roqui 3mg + Lidocaína 100mg</u>		Cirurgião/Auxiliar: <u>Dr. Silveira / Dr. Lemos</u>				Ap. CV: <u></u>				
<u>Morfin 50mg</u>		OBS.: <u></u>								
<u>Propofol 50mg + Lidocaína 100mg</u>		Anestesiologista (assinatura/CRM e carimbo): <u>Waleadya Maia</u>				Dra. Virginia Maia Médica Anestesiologista CRM-AC 433				

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ACRE

Departamento de Assistência Médico - Hospitalar

UNIDADE: P.S. AcreRELATÓRIO
DE
CIRURGIA

NIS. 46

Nome do Paciente Maria do Carmo de SouzaIdade: 53 Observação: _____Diagnóstico pré-operatório: FRT - RX plano lateral, DireitaCirurgia proposta: Troca de fixação T.B.N. por T.B.N.A.Diagnóstico definitivo: OsteíteCirurgia realizada: Osteíte

Data

08-04-16Cirurgião D. Silva1º Auxiliar D. Leonardo

2º Auxiliar

Instrumentadora D. DinaAnestesiologista D. VirgíniaAnestesia Peridural

Complicadas durante o ato cirúrgico

() Sim

☒ Não

Descrição

Anestesia de congelamento

() Sim

() Não

Diagnóstico patológico:

Caminhamento do paciente imediatamente após o ato cirúrgico

() Enfermaria

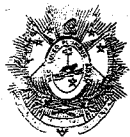
() CT

() Residência

() Óbito

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

ODH SOB ANESTESIA RAQUIDNEA
APÓS A PARTURIÇÃO ZONA CIRCULAR
COLOCAÇÃO DE CAMPOS ESTÉRIL
REDUÇÃO MAXILAR DE FRT - M
COLOCAÇÃO DE FIXAÇÃO NO FÊMUR DIREITO
TRANSFORMADO EM TRANS ARTICULAR JOELHO
DIREITO: RX OK.



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE
Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco - HUEB
CENTRO CIRÚRGICO

fls. 49
SAME / HUEB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

HORA DE CHEGADA _____ SALA _____ DATA: 08-04-2016
NOME DO PACIENTE Maria Noemia de Lima Silva IDADE: 53 anos
PROCEDÊNCIA: EMERGÊNCIA () AMBULATÓRIO () OUTROS ()
ANESTESIA: GERAL () RAQUEANESTESIA (X) LOCAL () OUTRAS ()
INÍCIO DA ANESTESIA: 9:30 TÉRMINO DA ANESTESIA: _____
PROCEDIMENTO REALIZADO: fixação externa
INÍCIO DA CIRURGIA: 9:50 TÉRMINO DA CIRURGIA: 10:18
CIRURGIÃO: D. Silveira AUXILIAR(ES): _____
ANESTESISTA: Dra. Virginia INSTRUMENTADOR: Diana
CIRCULANTE: Camêlias + Wma ENF: Oliveira

MATERIAL DE MEDICAÇÃO UTILIZADOS

MEDICAMENTO	MATERIAL	MATERIAL
BUPIVACAÍNA PESADA 05%	AGULHA DESC. Nº	FIO VICRYL
BUPIVACAÍNA S/ VASO	ÁLCOOL 70% 100 ml	FIO ALGODÃO
BUPIVACAÍNA C/ VASO	ALGODÃO ORTOPÉDICO	FIO PROLENTE
COLAGENASE	AGULHA P/ RAQUE	FORMOL
DORMINID	AGULHA PERIDUAL	FURADEIRA
DIPIRONA	ASPIRADOR	GASES 200
DIAZEPAN	ATADURA GESSADA	GELFOAN
DILUENTE	ATADURA DE CREPON 15 cm	GORRO
DOPAMINA	ABOCATH Nº	INTRACATE Nº
EPINEFRINA	BISTURI ELÉTRICO	KIT DRENO DE TORAX Nº
FENTANIL	BOLSA C. URINA	LUVAS CIRÚRGICAS 7,0
FUROSEMIDA	BOLSA P/ COLOSTOMIA	LUVAS CIRÚRGICAS 7,5
HIDROCORTIZONA	BORRACHA P/ ASPIRAÇÃO	LUVAS CIRÚRGICAS 8,0
KEFLIN	COLETOR UNIVERSAL	LUVAS CIRÚRGICAS 8,5
KETALAR	CATETER NASAL T. ÓCULOS	LÂMINAS DE BISTURI 245
LIDOCAÍNA	CERA ÓSSEA	LUVAS P/ PROCEDIMENTOS
LIDOCAÍNA GEL	CHUMAÇO	MALHA TUBULAR
MANITOL	C. TRAQUEOSTOMIA Nº	MÁSCARA
METRONIZADOL	C. ENDOTRAQUEAL Nº	MULTIVIA
MORFINA	COLAGENASE POMADA	PANO P/ PACOTE (ÓBITO)
PAVULON	COMPRESSA CIRÚRGICA 10	POVIDINE DEGERMANTE 100 ml
PROPOFOL	DRENO DE PENROSE Nº	POVIDINE TINTURA 100 ml
PLASIL	ELETRODOS	POVIDINE TÓPICO
PROSTIGMINE	EQUIPO P/ SORO	PRO PÉ
SULFADIAZINA DE P.	ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO	SCALP Nº
SORO FISIOLÓGICO 0,9% I	ESPARADRAPO	SWAB
SORO GLICOSADO 5%	ESPARADRAPO MICROPOREN	SERINGA DE 1 ML
SORO RINGER LACTADO I	FAIXA DE SMARCH	SERINGA DE 3 ML
TIOPENTAL	FIXADOR EXTERNO	SERINGA DE 5 ML
TRAMAL	FRALDA I	SERINGA DE 10 ML
TRILATIL	FILTRO BACTERIOLÓGICO	SERINGA DE 20 ML
VOLUVEN 6%	FITA CARDÍACA	SONDA NASOGÁSTRICA
	FIO DE KIRSCHNER	SONDA P/ ASPIRAÇÃO
	FIO MONONYLON	SONDA RETAL
	FIO SUTUPACK	SONDA URETRAL
	FIO CAT GUT C.	SONDA FOLLEY
	FIO CAT GUT S.	TELA DE MALEX



HOSPITAL SANTA JULIANA

CONVÊNIO: SUS

fls. 50

PACIENTE: 163338 - 4

MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA

LEITO: 106

DATA: 24/07/2018

HORA: 05:41

NRO PRESCRICAO 223201

NRO REQ. FARM: 128457

PRESCRIÇÃO MÉDICA		QTD VIA		FREQUENCIA	HORARIO
01	DIETA LIVRE	UN	1		
02	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML (SISTEMA FECHADO)	FRAS	1 EV	12 X 12	1/8 0/8
03	DIPIRONA 1 G/2 ML IM/EV INJ. C/2 ML (NOVALGINA)	AMP	1 EV	6 X 6	1/8 0/8 0/8
	SERINGA C/AG 10 ML	UN	1 EV	6 X 6	
	AGUA DESTILADA 10 ML	AMP	1 EV	6 X 6	
05	CURATIVO	UN	1		
06	TENOXICAN 20 MG IM/EV INJ. (TILATIL)	AMP	1 EV	12 X 12	1/8 0/8
	SERINGA C/AG 10 ML	UN	1 EV	12 X 12	
	AGUA DESTILADA 10 ML	AMP	1 EV	12 X 12	
07	ONDASETRONA 8 MG/4 ML IM/EV INJ (NAUSEDRON)	AMP	1 EV	8 X 8	
	SE NECESSARIO				
	SERINGA C/AG 20 ML	UN	1 EV	8 X 8	
	SE NECESSARIO				
	AGUA DESTILADA 10 ML	AMP	2 EV	8 X 8	
	SE NECESSARIO				
08	TRAMADOL 100 MG/2 ML INJ IM/EV (TRAMAL)	AMP	1 EV	8 X 8	1/8 0/8 0/8
	SERINGA C/AG 3 ML	UN	1 EV	8 X 8	
	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML (SISTEMA FECHADO)	FRAS	1 EV	8 X 8	
09	CEFTRIAXONA 1 G INJ IM/EV (ROCEFIN)	FA	1 EV	12 X 12	1/8 0/8
	COMPLEXO-B IM/EV INJ. C/2 ML	AMP	1 EV	12 X 12	
	SERINGA C/AG 3 ML	UN	1 EV	12 X 12	
	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML (SISTEMA FECHADO)	FRAS	1 EV	12 X 12	
	SERINGA C/AG 20 ML	UN	1		
	AGUA DESTILADA 10 ML	AMP	2 EV	12 X 12	
10	ENOXAPARINA 40 MG/0,4 ML EV/SC INJ (CLEXANE)	SER	1 SC	24 HRS	1/8
	SERINGA C/AG 10 ML	UN	1 SC	24 HRS	

1) bapto 25mg VO slw PA > 140/90
em Cuidado geral

EVOLUÇÃO

Paciente POE osteossintese em tibia. FO com
escasse de secreção sem purulenta. Pulso presente
orientado a mão p/ano.
Bom no leito.

Confere com a Original
Hospital Santa Juliana
CNPJ: 00.529.443/0003 - 36
Rua Alvorada nº 806 - Boa

Dra. Fátima Hamade
PRM Ortopedia e Traumatologia
CRM/AC 1870



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0702143-16.2020.8.01.0001
Classe Procedimento Comum
Requerente Maria Moemia de Lima Silva
Requerido Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

DECISÃO

Defiro a gratuidade judiciária, com fundamento no 98 do CPC.

Acerca da apresentação de Laudo do IML, apesar de não ser documento imprescindível para o ajuizamento da ação, é indispensável para o julgamento do mérito, visto que apenas o laudo pode especificar detalhadamente as lesões sofridas pela parte autora, seu grau de comprometimento e se as lesões estão consolidadas (§ 5º do art. 5º da Lei n. 6.194/74 alterada pela Lei n. 11.945/09), neste sentido manifesta-se o Tribunal de Justiça do Acre:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA MOTIVADA. SEGURO DPVAT. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA. NECESSIDADE DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO GRAU DE INVALIDEZ. GRADUAÇÃO DAS LESÕES. RESPONSABILIDADE DO AUTOR. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS. RECURSO DESPROVIDO 1. Em casos de seguro DPVAT, cabe ao autor da ação colacionar em sua exordial, documento que comprove minimante o grau de sua invalidez, para daí possa o julgador ter elementos suficientes para aferir essa invalidez e/ou incapacidade, estabelecendo um percentual de acordo com o grau da lesão. 2. Não se conformando a parte vencida com a decisão monocrática, é-lhe facultada a interposição de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias - art. 557, §1º, do CPC - trazendo argumentos novos, que convençam o colegiado de erro (in procedendo ou in judicando), eventualmente cometido pelo Relator. 3. Agravo Regimental desprovido.

(Relator(a): Desª. Waldirene Cordeiro; Comarca: Rio Branco; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 13/11/2015; Data de registro: 20/11/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DPVAT. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA. PRAZO. NÃO APRESENTAÇÃO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. ESPECIFICIDADE. RECEBIMENTO DE PARTE DO VALOR INDENIZATÓRIO. VIA ADMINISTRATIVA.

1. Via de regra, quando o valor da indenização do seguro obrigatório é postulado diretamente na esfera judicial, não há que se imputar ao autor a apresentação do laudo pericial no ato da propositura da ação, porquanto pode ser efetuado durante a instrução processual.

2. Em caso de postulação na esfera administrativa, com recebimento, inclusive, de parte da indenização, há de se presumir o cumprimento pelo segurado da obrigação contida no § 5º do art. 5º da Lei n. 6.194/74 alterada pela Lei n. 11.945/09, ou seja, o porte do laudo pericial quantificando as lesões sofridas, a fim de mensurar o valor a ser percebido naquela ocasião. Escorreito o posicionamento do juízo a quo, neste caso, quando exige sua apresentação com a inicial, sob pena de indeferimento. 3. Recurso desprovido.

(Relator(a): Des. Roberto Barros; Comarca: Rio Branco; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 17/07/2015; Data de registro: 30/07/2015).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Com base nesse entendimento e tendo como escopo a celeridade processual, tornando-se, ao meu ver, necessária a apresentação do Laudo do Instituto Médico Legal desde a propositura da ação, especialmente quando vem a parte autora requerer revisão do valor do seguro já pago administrativamente, como é o caso presente.

Serve a presente decisão como **requisição ao IML** para elaboração do Laudo, devendo a parte autora adotar as providências necessárias para agendamento, diretamente no órgão.

Razão disto, concedo prazo de 30 (trinta) dias para a parte autora trazer aos **autos o Laudo médico produzido pelo Instituto Médico Legal**, que especifique detalhadamente as lesões sofridas pela autora, seu grau de comprometimento e se as lesões estão consolidadas, nos termos do art. 5º, §5º da Lei 6.194/74, sob pena de indeferimento da inicial (arts. 320 c/c 321, parágrafo único, ambos do CPC).

Intimar.

Rio Branco-(AC), 21 de maio de 2020.

Marcelo Coelho de Carvalho
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0086/2020, foi disponibilizado na página 48/52 do Diário da Justiça Eletrônico em 29/05/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado

Adelino Jaunes de Andrade Junior (OAB 5340/AC)

Teor do ato: "DECISÃO Defiro a gratuidade judiciária, com fundamento no 98 do CPC. Acerca da apresentação de Laudo do IML, apesar de não ser documento imprescindível para o ajuizamento da ação, é indispensável para o julgamento do mérito, visto que apenas o laudo pode especificar detalhadamente as lesões sofridas pela parte autora, seu grau de comprometimento e se as lesões estão consolidadas (§ 5º do art. 5º da Lei n. 6.194/74 alterada pela Lei n. 11.945/09), neste sentido manifesta-se o Tribunal de Justiça do Acre: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA MOTIVADA. SEGURO DPVAT. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA. NECESSIDADE DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO GRAU DE INVALIDEZ. GRADUAÇÃO DAS LESÕES. RESPONSABILIDADE DO AUTOR. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS. RECURSO DESPROVIDO 1. Em casos de seguro DPVAT, cabe ao autor da ação colacionar em sua exordial, documento que comprove minimamente o grau de sua invalidez, para daí possa o julgador ter elementos suficientes para aferir essa invalidez e/ou incapacidade, estabelecendo um percentual de acordo com o grau da lesão. 2. Não se conformando a parte vencida com a decisão monocrática, é-lhe facultada a interposição de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias - art. 557, §1º, do CPC - trazendo argumentos novos, que convençam o colegiado de erro (in procedendo ou in judicando), eventualmente cometido pelo Relator. 3. Agravo Regimental desprovido. (Relator(a): Desª. Waldirene Cordeiro; Comarca: Rio Branco; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 13/11/2015; Data de registro: 20/11/2015) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DPVAT. LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA. PRAZO. NÃO APRESENTAÇÃO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. ESPECIFICIDADE. RECEBIMENTO DE PARTE DO VALOR INDENIZATÓRIO. VIA ADMINISTRATIVA. 1. Via de regra, quando o valor da indenização do seguro obrigatório é postulado diretamente na esfera judicial, não há que se imputar ao autor a apresentação do laudo pericial no ato da propositura da ação, porquanto pode ser efetuado durante a instrução processual. 2. Em caso de postulação na esfera administrativa, com recebimento, inclusive, de parte da indenização, há de se presumir o cumprimento pelo segurado da obrigação contida no § 5º do art. 5º da Lei n. 6.194/74 alterada pela Lei n. 11.945/09, ou seja, o porte do laudo pericial quantificando as lesões sofridas, a fim de mensurar o valor a ser percebido naquela ocasião. Escorrido o posicionamento do juízo a quo, neste caso, quando exige sua apresentação com a inicial, sob pena de indeferimento. 3. Recurso desprovido. (Relator(a): Des. Roberto Barros; Comarca: Rio Branco; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 17/07/2015; Data de registro: 30/07/2015). Com base nesse entendimento e tendo como escopo a celeridade processual, tornando-se, ao meu ver, necessária a apresentação do Laudo do Instituto Médico Legal desde a propositura da ação, especialmente quando vem a parte autora requerer revisão do valor do seguro já pago administrativamente, como é o caso presente. Serve a presente decisão como requisição ao IML para elaboração do Laudo, devendo a parte autora adotar as providências necessárias para agendamento, diretamente no órgão. Razão disto, concedo prazo de 30 (trinta) dias para a parte autora trazer aos autos o Laudo médico produzido pelo Instituto Médico Legal, que especifique detalhadamente as lesões sofridas pela autora, seu grau de comprometimento e se as lesões estão consolidadas, nos termos do art. 5º, §5º da Lei 6.194/74, sob pena de indeferimento da inicial (arts. 320 c/c 321, parágrafo único, ambos do CPC). Intimar."

Do que dou fé.

Rio Branco, 29 de maio de 2020.

Escrivã(o) Judicial

AO JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC.

Processo nº 0702143-16.2020.8.01.0001

MARIA NOÊMIA DE LIMA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, perante este Juízo, requerer a juntada do laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes formuladas pelo Dr. Paulo Jesus César CRM/AC 795 anexo.

Ressalto que o laudo veio no sentido que a condição da autora é incapacidade parcial permanente, com impossibilidade de movimentos de seu joelho e perna (item II.b).

Ressalto ainda mais que embora tenha respondido pormenorizadamente, o Médico-Perito que elaborou o laudo não apreciou todas as perguntas formuladas pelo Advogado, nesse sentido, caso sejam importantes as respostas formuladas no anexo da petição inicial (pg. 05) para convencimento deste Juízo, quanto às alegações da parte Autora, requer a intimação do médico subscritor do laudo para responder todos os quesitos formulados.

Ante o exposto, visando o regular andamento do processo, requer o prosseguimento do feito citando a parte contrária para que apresente sua defesa.

Rio Branco/AC, 17 de junho de 2020.

Adelino Jaunes de Andrade Junior
Advogado
OAB/AC 5340



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO MÉDICO LEGAL

fls. 56

Nº 16.0050.06.20

**LAUDO DE VERIFICAÇÃO
E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES**
[At. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de
14/12/1974]

Solicitante

4ª VARA CIVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO- ACRE

Informações da Vítima

Nome Completo:

MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA

RG:

Nº 114762 SSP/AC

Endereço Completo:

Rua Francisco Vieira, nº 160, bairro: Floresta Sul, cidade de Rio Branco-Acre.

IML/AC

Telefones: (68) 3224-3312 / 3224-1350 / 3224-3169 / 3224-1420
Av. Antônio da Rocha Viana, nº. 1248, Rio Branco/AC – CEP: 69.900-526





ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO MÉDICO LEGAL

fls. 57

Nº 16.0050.06.20

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente

Local: Rua Capitão Pedro de Vasconcelos, nº 34; bairro: Aeroporto, cidade de Eptaciolândia/Acre.

Data do Acidente: 02/04/2016.

Avaliação do Médico Perito Legista

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoa com o veículo automotor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não c) ☐ Prej.

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometidas;

R: Membro inferior direito.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

R: Debilidade permanente coxofemoral, fratura exposta, sequelas permanentes no joelho direito, infecção óssea (osteomielite), encurtamento da tíbia proximal direita, com dificuldade de flexão, extensão e rotação, com inércia do joelho afetado. Foi submetida a 11 procedimentos cirúrgicos, devido a sua patologia clínica.

III) Há indicações de algum tratamento (em curso, prescrito, as ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se SIM, descreva(as) medida(s) terapêutica(s) indicadas(s):

R: XX.

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ Disfunções apenas temporárias.

b) ☒ Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

R: Sequelas no joelho e perna direita e coxofemoral direito. Dificuldade de flexão, rotação e extensão e encurtamento do membro.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo:

b) ☒ Não.

(Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.)



IML/AC

Telefones: (68) 3224-3312 / 3224-1350 / 3224-3169 / 3224-1420
Av. Antônio da Rocha Viana, nº. 1248, Rio Branco/AC - CEP: 69.900-526



Nº 16.0050.06.20

VI) Segundo previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesões(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, e o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firma a sua graduação:

Segmento Corporal Acometido: **Membro inferior direito.**

[] Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b)[] Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em que se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) [x] Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2) [] Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redenção introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

1ª LESÃO: Membro inferior direito (Fratura de tíbia proximal e lesão de joelho direito)

R: [] 10% Residual [] 25% Leve [x] 50% Média [] 75% Intensa. [] 100% Total.

2ª LESÃO: Debilidade permanente coxofemoral, fratura exposta, sequelas permanentes no joelho direito, infecção óssea (osteomielite), encurtamento da tíbia proximal direita, com dificuldade de flexão, extensão e rotação, com inércia do joelho afetado. Foi submetida a 11 procedimentos cirúrgicos devido a sua patologia clínica.

R: [] 10% Residual [] 25% Leve [] 50% Média [X] 75% Intensa. [] 100% Total.

3ª LESÃO: Sequelas no joelho e perna direita e coxofemoral direito. Dificuldade de flexão, rotação e extensão e encurtamento do membro.

R: [] 10% Residual [] 25% Leve [] 50% Média [X] 75% Intensa. [] 100% Total.

4ª LESÃO: xxxxxxxx.

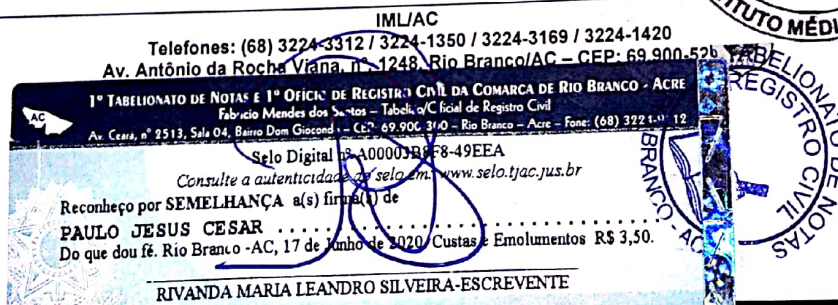
R: [] 10% Residual [] 25% Leve [] 50% Média [] 75% Intensa. [] 100% Total.

Observações: Havendo mais de quatro sequelas permanentes quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios adotados apresentados:

R:

Rio Branco-AC, 17 de Junho de 2020.

Dr. Paulo Jesus César
Médico Legista
CRM/AC- 795





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º	0702143-16.2020.8.01.0001
Classe	Procedimento Comum
Requerente	Maria Moemia de Lima Silva
Requerido	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

DESPACHO

Citar a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial (art. 344 do CPC).

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, V e Enunciado n. 35 da ENFAM).

Intimar.

Rio Branco, 03 de agosto de 2020.

Marcelo Coelho de Carvalho
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0116/2020, foi disponibilizado na página 31/38 do Diário da Justiça Eletrônico em 13/08/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Adelino Jaunes de Andrade Junior (OAB 5340/AC)

Teor do ato: "Citar a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial (art. 344 do CPC). Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, V e Enunciado n. 35 da ENFAM). Intimar."

Do que dou fé.
Rio Branco, 13 de agosto de 2020.

Escrivã(o) Judicial

Autos n.º 0702143-16.2020.8.01.0001

CERTIDÃO

(Portal Eletrônico de Citação/Intimação)

CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento à Portaria Conjunta nº. 03/2019-PRES-CGJ, publicada no DJe nº. 6.357, de 23.05.2019, procedi a CITAÇÃO da parte REQUERIDA, conforme mandado a seguir expedido.

Rio Branco-AC, 02 de dezembro de 2020.

Lisli Paula Melo de Lima
Diretora de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0702143-16.2020.8.01.0001
Classe Procedimento Comum
Requerente Maria Moemia de Lima Silva
Requerido Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

MANDADO DE CITAÇÃO

(Portal de citações e intimações – e-SAJ)

DESTINATÁRIO **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, CNPJ 09.248.608/0001-04, Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, Rio de Janeiro - RJ.

FINALIDADE **CITAR** o destinatário conforme decisão judicial e nos termos da petição inicial.

PRAZO O prazo para responder à ação, querendo, é de 15 dias, contado da data da efetiva consulta à presente intimação ou do próximo dia útil, quando a referida consulta ocorrer em dia não útil, conforme termos da petição inicial e do despacho judicial.

ADVERTÊNCIA Não sendo contestada a ação, no prazo mencionado, o destinatário será considerado revel e as alegações de fato formuladas pela parte autora serão presumidas verdadeiras (art. 344 do CPC/2015).

OBSERVAÇÃO 1. Em se tratando de processo eletrônico, a visualização das peças processuais poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Poder Judiciário na internet, no endereço <http://www.tjac.jus.br>, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga a anexação (Provimento COMAG nº 3, de 4.10.2012).
2. Não efetivada a consulta eletrônica desta citação no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir do envio, terá início o prazo para cumprimento da finalidade deste mandado no dia seguinte, nos termos do art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Federal n. 11.419/2006 (Lei da Informatização do Processo Judicial).

SEDE DO JUÍZO Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5488, Rio Branco-AC - E-mail: vaciv4rb@tjac.jus.br.

Mandado expedido e subscrito por ordem do(a) Juiz de Direito Marcelo Coelho de Carvalho, em conformidade com o disposto no artigo 250, inciso VI, do CPC/2015.

Rio Branco-AC, 03 de dezembro de 2020.

Lisli Paula Melo de Lima
Analista Judiciário

Autos n.º 0702143-16.2020.8.01.0001
Ação Procedimento Comum/PROC

**CERTIDÃO DE REMESSA DA INTIMAÇÃO/CITAÇÃO
PARA O PORTAL ELETRÔNICO**

CERTIFICA-SE que em 03/12/2020 o ato abaixo foi encaminhado para intimação/citação no portal eletrônico para Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A.

Teor do ato: CERTIDÃO (Portal Eletrônico de Citação/Intimação) CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento à Portaria Conjunta nº. 03/2019-PRES-CGJ, publicada no DJe nº. 6.357, de 23.05.2019, procedi a CITAÇÃO da parte REQUERIDA, conforme mandado a seguir expedido..

Rio Branco-AC, 03 de dezembro de 2020.

Autos n.º 0702143-16.2020.8.01.0001
Ação Procedimento Comum/PROC

**CERTIDÃO DE REMESSA DA INTIMAÇÃO/CITAÇÃO
PARA O PORTAL ELETRÔNICO**

CERTIFICA-SE que em 03/12/2020 o ato abaixo foi encaminhado para intimação/citação no portal eletrônico para Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A.

Teor do ato: CERTIDÃO (Portal Eletrônico de Citação/Intimação) CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento à Portaria Conjunta nº. 03/2019-PRES-CGJ, publicada no DJe nº. 6.357, de 23.05.2019, procedi a CITAÇÃO da parte REQUERIDA, conforme mandado a seguir expedido..

Rio Branco-AC, 03 de dezembro de 2020.

Autos n.º 0702143-16.2020.8.01.0001
Ação Procedimento Comum/PROC

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

CERTIFICA-SE que, em 13/12/2020 19:46:05, transcorreu o prazo de leitura no portal eletrônico, do ato abaixo, tendo iniciado o prazo em data 14/12/2020 07:47:35 com previsão de encerramento em 04/02/2021 07:47:35.

Teor do ato: CERTIDÃO (Portal Eletrônico de Citação/Intimação) CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento à Portaria Conjunta nº. 03/2019-PRES-CGJ, publicada no DJe nº. 6.357, de 23.05.2019, procedi a CITAÇÃO da parte REQUERIDA, conforme mandado a seguir expedido.

Rio Branco-AC, 14 de dezembro de 2020.

Autos n.º 0702143-16.2020.8.01.0001
Ação Procedimento Comum/PROC

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

CERTIFICA-SE que, em 13/12/2020 19:46:16, transcorreu o prazo de leitura no portal eletrônico, do ato abaixo, tendo iniciado o prazo em data 14/12/2020 07:47:54 com previsão de encerramento em 04/02/2021 07:47:54.

Teor do ato: CERTIDÃO (Portal Eletrônico de Citação/Intimação) CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento à Portaria Conjunta nº. 03/2019-PRES-CGJ, publicada no DJe nº. 6.357, de 23.05.2019, procedi a CITAÇÃO da parte REQUERIDA, conforme mandado a seguir expedido.

Rio Branco-AC, 14 de dezembro de 2020.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo: 07021431620208010001

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA MOEMIA DE LIMA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **02/04/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **23/12/2019**.

Cumpre esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 23/12/2019 após 3 ANOS da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 02/04/2016, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização. fls. 70

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de 02/04/2016. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2.531,25 (DOIS MIL E QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)**.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

⁵Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷ art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono DIEGO PAULI, inscrito sob o nº 4550/AC, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 28 de dezembro de 2020.

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na OAB/AC sob o nº 4550, bem como, **LEILANE CLÉA CAMPOS DO NASCIMENTO ERICSON** inscrita sob nº 4139/AC, **CINTIA VIANA CALAZANS SALIM** inscrita sob nº 3554/AC, **GIOVAL LUIZ DE FARIAS JÚNIOR**, inscrito sob o nº OAB/AC 4608 e **MAYRA KELLY NAVARRO VILLASANTE** inscrita sob nº 3996/AC, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARIA MOEMIA DE LIMA SILVA**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **RIO BRANCO**, nos autos do Processo nº 07021431620208010001.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

direito, nomeia e constitui como PREPOSTOS(as) **Rafael Silva Nunes**, inscrita CPF sob n.º 980.785.722-49, **Dauda de Freitas**, inscrita no CPF sob nº 555.216.222-65, **Thiago Maia Viana**, inscrito no CPF sob nº 015.840.422-41, **Gioval Luiz de Farias Júnior**, inscrito no CPF sob nº 947.976.092-49, **Tainan da Silva Mendes**, inscrita no CPF sob nº 017.895.762-37 e **Evandro Damaceno Stolaric**, inscrito no CPF sob nº 713.190.342-68, podendo os mesmos responderem nesta qualidade a todos os termos do Processo n. **07021431620208010001**, que tramita **4ª** VARA CÍVEL da comarca de **RIO BRANCO/AC**.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2020.



Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.

Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190717751

Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA

Data do Acidente: 02/04/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), MARIA NOEMIA DE LIMA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15291772



Rio de Janeiro, 08 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190717751

Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA

Data do Acidente: 02/04/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), MARIA NOEMIA DE LIMA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Rio de Janeiro, 08 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190717751 Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA

Data do Acidente: 02/04/2016 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

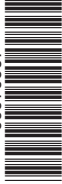
Senhor(a), MARIA NOEMIA DE LIMA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, foi verificada a necessidade de realização de avaliação médica presencial para a identificação e/ou enquadramento da invalidez permanente de acordo com a tabela prevista na Lei nº 6.194, de 1974. O prazo de 30 (trinta) dias para análise do seu pedido fica interrompido e sua contagem será reiniciada após a emissão do laudo da avaliação médica. O não comparecimento à avaliação médica agendada poderá gerar o cancelamento do pedido do Seguro DPVAT. Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT
Estamos aqui para Você

Pag. 01393/01394 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 15339564

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIEGO LIMA PAULI e Tribunal de Justiça do Estado do Acre, protocolado em 29/12/2020 às 08:50, sob o número WEB120700716726. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0702143-16.2020.8.01.0001 e código 27FB933.

Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190717751

Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA

Data do Acidente: 02/04/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), MARIA NOEMIA DE LIMA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.531,25

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 = R\$ 2.531,25

Recebedor: MARIA NOEMIA DE LIMA

Valor: R\$ 2.531,25

Banco: 104

Agência: 000000534

Conta: 000000107258-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima:

220-197-072-68

Maria Nelmia de Lima Silva

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Maria Nelmia de Lima Silva 6 - CPF: 220.197.072-68
7 - Profissão: Recepcionista 8 - Endereço: R. Francisco Vieira 9 - Número: 160 10 - Complemento:
11 - Bairro: Floresta Sul 12 - Cidade: Rio Branco 13 - Estado: AC 14 - CEP: 69.906-233
15 - E-mail: 16 - Tel.(DDD): (68) 99964-6499

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) Nome do BANCO: _____
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 0534 053 CONTA: 00307258 2 AGÊNCIA: CONTA:

Autorizo a Seguradora Lider a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Lider para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (ou menor)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Lider pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Rio Branco - AC, 22/12/2020

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)





GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO ESPECIALIZADA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 048647/2019-A02

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 23/12/2019 14:29 Data/Hora Fim: 23/12/2019 14:30
 Origem: Polícia Judiciária
 Delegado de Polícia: Martin Filius Cavalcante Hessel

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Divisão Especializada de Investigação Criminal
 Data/Hora do Fato: 02/04/2016 18:33 (Data Aproximada)

Local do Fato

Município: Epitaciolândia (AC)
 Logradouro: RUA MADRE PAULINO
 Complemento: PROXIMO AO GINAGIO

Bairro: Aeroporto

Tipo do Local: Outro

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 303 CAPUT DA LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: **CLAUDEMIR FACUNDO LIRA (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR (AUSENTE), CONDUTOR (AUSENTE))**

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Nasc: 10/03/1980

Estado Civil: Sem Informação

Endereço

Município: Rio Branco - AC
 Logradouro: RUA SANTA CATARINA
 Bairro: AEROPORTO
 Telefone: (68) 99973-0489 (Celular)

Nº: 211

Nome Civil: **MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)**

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: AC - Brasília

Sexo: Feminino

Nasc: 24/04/1962

Profissão: Não Informado

Estado Civil: Sem Informação

Nome da Mãe: Maria Lucile de Lima

Endereço

Município: Rio Branco - AC
 Logradouro: RUA CAP PEDRO VASCONCELOS
 Telefone: (68) 99964-6499 (Celular)

Nº: 374

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão

CPF/CNPJ do Proprietário 779.451.312-04

Placa NAG6581

Renavam 00992621321

Número do Motor 4M41UCBB8004

Número do Chassi 93XSNKB8TECD82453

Ano/Modelo Fabricação 2014/2013

Cor PRATA

UF Veículo Acre



Delegado de Polícia Civil: Martin Filius Cavalcante Hessel
 Impressão por: Leandro Aysche-Rocha
 Data de Impressão: 23/12/2019 14:27
 Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO ESPECIALIZADA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 048647/2019-A02

Município Veículo	Epitaciolândia	Marca/Modelo	MMC/L200 TRITON GLS D
Modelo	MMC/L200 TRITON GLS D	Veículo Adulterado?	Não
Quantidade	1 Unidade	Situação	Envolvido
Última Atualização Denatran	18/01/2018	Situação do Veículo	NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos		
Claudemir Facundo Lira	Proprietário		
Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta		
CPF/CNPJ do Proprietário	971.323.902-44		
Renavam	01045328526		
Número do Chassi	9C2KC1680FR573608		
Cor	PRETA		
Município Veículo	Epitaciolândia		
Modelo	HONDA/CG150 FAN ESDI		
Quantidade	1 Unidade		
Última Atualização Denatran	02/10/2018		
Nome Envolvido	Envolvimentos		
Maria Noemia de Lima Silva	Possuidor		

RELATO/HISTÓRICO

A NOTICIANTE IA NA GARUPA DA MOTOCICLETA GUIADA POR SEU CONJUGE (MAURO ALCIOMAR JULIÃO DA SILVA), QUANDO SOFREU UMA COLISÃO CAUSADA PELO VEICULO L200 RELACIONADO CONFORME BAT. A NOTICIANTE SOFREU VARIA FRATURAS E LESÕES, VINDO A PASSAR POR CIRURGIAS, CONFORME LAUDOS MÉDICOS.

ASSINATURAS

Leandro Ayache Rocha
Agente de Polícia
Matrícula 5135805-1
Responsável pelo Atendimento

Maria Noemia de Lima Silva
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(s) único(s) responsável pelas informações acima apresentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Martin Filiz Cavalcante Hessel
Delegado de Polícia
Matrícula 9244662-3



Delegado de Polícia Civil: Martin Filiz Cavalcante Hessel
Impresso por: Leandro Ayache Rocha
Data de Impressão: 23/12/2019 14:37
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos

02 RUA, AVENIDA, CRUZAMENTO, RODOVIA, KM, TRECHO DA RODOVIA

Rua Madre Paulina / Rua DO LAZER

05 PRÓXIMO CRUZAMENTO, PONTE, PASSAGEM DE NÍVEL, ETC

PRÓXIMO. GINAZIO POLIESPORTIVO

03 MUNICÍPIO

Epitaciolândia

04 UF

AC

08 DATA

10/10/17

09 DIA DA SEMANA

SABADO

10 NATUREZA DO ACIDENTE

ATROPELAMENTO

☐ 1

COLISÃO

☒ 3

TOMBAMENTO OU CAPOTAGEM

☐ 5

CHOQUE COM OBJETO FIXO

☐ 7

OUTRA (ESPECIFICAR)

☐ 9

11 TIPO DE PAVIMENTO

ASFALTO

☒ 1

CONCRETO

☐ 3

PARALELEPÍEDO

☐ 5

CASCALHO

☐ 7

TERRA

☐ 9

AREIA

☐ 2

12 CONDIÇÕES DA VIA

SECA

☒ 1

MOLHADA

☐ 3

OLEOSA

☐ 5

ELAMEADA

☐ 7

DANIFICADA

☐ 9

OUTRAS

☐ 2

13 CONDIÇÕES DO TEMPO

BOM

☒ 1

CHUVA

☐ 3

NEBLINA

☐ 5

GAROA

☐ 7

14 Nº DE VEÍCULOS

02

15 Nº DE VÍTIMAS

SEM VÍTIMAS

COM VÍTIMAS

16 NOME CONDUTOR

Claudemir Facundo Lima

17 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

18 NASCIMENTO

10/10/18

19 ENDEREÇO

Rua Santa Catarina Nº 277 B. Aeroporto. 9973-0469

20 1ª HABILITAÇÃO

27-07-2007

21 CATEGORIA

AD

22 PRONTUÁRIO

87447261

23 UF

AC

24 EX. MEDICO EM DIA

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

25 USAVA CINTO

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

26 USAVA CAPACETE

SIM ☐ 1 NÃO ☒ 3

27 MARCA

MMC/L-200

28 ESPÉCIE

ESP/CAMIONETE

29 PLACA

NAC-6551

30 MUNICÍPIO

EPITACIOLÂNDIA

31 UF

AC

32 NOME DO PROPRIETÁRIO

CLAUDEMIR FACUNDO LIMA

33 ENDEREÇO

Rua Santa Catarina Nº 277

34 CHASSIS

93X5N KBBTECDB 2453

35 COMPARECEU NO POSTO

SIM ☒

NÃO ☐

36 AVÁRIAS

Pequena monta

38 SENTIDO QUE TRAFEGAVA

Rua Madre Paulina / com a rua do Lazer

40 AÇÃO DO CONDUTOR

Permaneceu no Local

37 CARRO

☒

39 MOTO

☐

41 EXAME ALCOOLICO REALIZADO

SIM ☐ NÃO ☒

42 NOME CONDUTOR

MARIE ALCEMIR TULIO DA SILVA

43 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

44 NASCIMENTO

13/10/18

45 ENDEREÇO

Rua CAP. Pedro Vasconcelos Nº 374 B. Aeroporto

46 1ª HABILITAÇÃO

17-10-2017

47 CATEGORIA

AB

48 PRONTUÁRIO

577398342

49 UF

AC

50 EX. MEDICO EM DIA

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

51 USAVA CINTO

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

52 USAVA CAPACETE

SIM ☒ 1 NÃO ☐ 3

53 MARCA

HONDA / CG-150

54 ESPÉCIE

PAT. MOTOCICLETA

55 PLACA

GLV-4072

56 MUNICÍPIO

Epitaciolândia

57 UF

AC

58 NOME DO PROPRIETÁRIO

MARIE ALCEMIR TULIO DA SILVA

59 ENDEREÇO

Rua CAP. Pedro Vasconcelos Nº 374

60 CHASSIS

9C2 KC1680 FR 573608

61 COMPARECEU NO POSTO

SIM ☒

NÃO ☐

62 AVÁRIAS

media monta

64 SENTIDO QUE TRAFEGAVA

Rua DO LAZER

66 AÇÃO DO CONDUTOR

Permaneceu no Local

63 CARRO

☒

65 MOTO

☐

67 EXAME ALCOOLICO REALIZADO

SIM ☐ NÃO ☒

68 NOME

Raimundo Ferreira Liberato

69 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

70 NASCIMENTO

12/10/17

71 ENDEREÇO

Rua CAP. Pedro Vasconcelos Nº 454

72 IDENTIDADE Nº

73 ÓRGÃO EMISSOR

74 UF

75 NOME

76 SEXO

M ☐ 1 F ☐ 3

77 NASCIMENTO

79 IDENTIDADE Nº

80 ÓRGÃO EMISSOR

81 UF

CARTÓRIO AQUINO

CARTÓRIO AQUINO

CARTÓRIO AQUINO

Bel. Valério Cristiano Aguiar dos Anjos - Tabelião e Oficial Registrador
Av. Amazonas, 1307 - Liberdade - Epitaciolândia/AC - Fone: (08) 3546-2254 - CEP: 89934-000 - E-mail: cartorioaquinobrasil@gmail.com

AUTÊNTICO a cópia por ser reprodução fiel do original a mim apresentado. De que dou fé. Selo Digital: AD664374-40
AUTENTICAÇÃO, 22/06/2016 11:15:55, BOLETIM DE ACIDENTE
CLAUDEMIR FACUNDO. Emol. R\$2,55 Fecom R\$0,15 Funfis R\$0,30
Total R\$3,00. Consulte em www.seloacre.com.br: 8E1C-687E
3042-09BA. ALCIANA GOMES DE LIMA - ESCRIVENTE AUTORIZADA

82 NOME: Maria Noemia de Lima.

85 ENDEREÇO: Rua CAP. Pedro Vasconcelos N.º 3711.

89 CONDIÇÃO DA VITIMA: CONDUZIDA PARA: Conduzida para CPS, pelos BM.

91 NOME:

94 ENDEREÇO:

96 CONDIÇÃO DA VITIMA: CONDUZIDA PARA:

83 SEXO: M ☒ F ☐

84 NASCIMENTO:

86 FERIMENTOS: LEVES ☐ GRAVES ☐ FATAIS ☐

87 VIAJANA NO VEICULO N.º: 1

88 USAVA CINTO: SIM ☐ NÃO ☒

92 SEXO: M ☐ F ☐

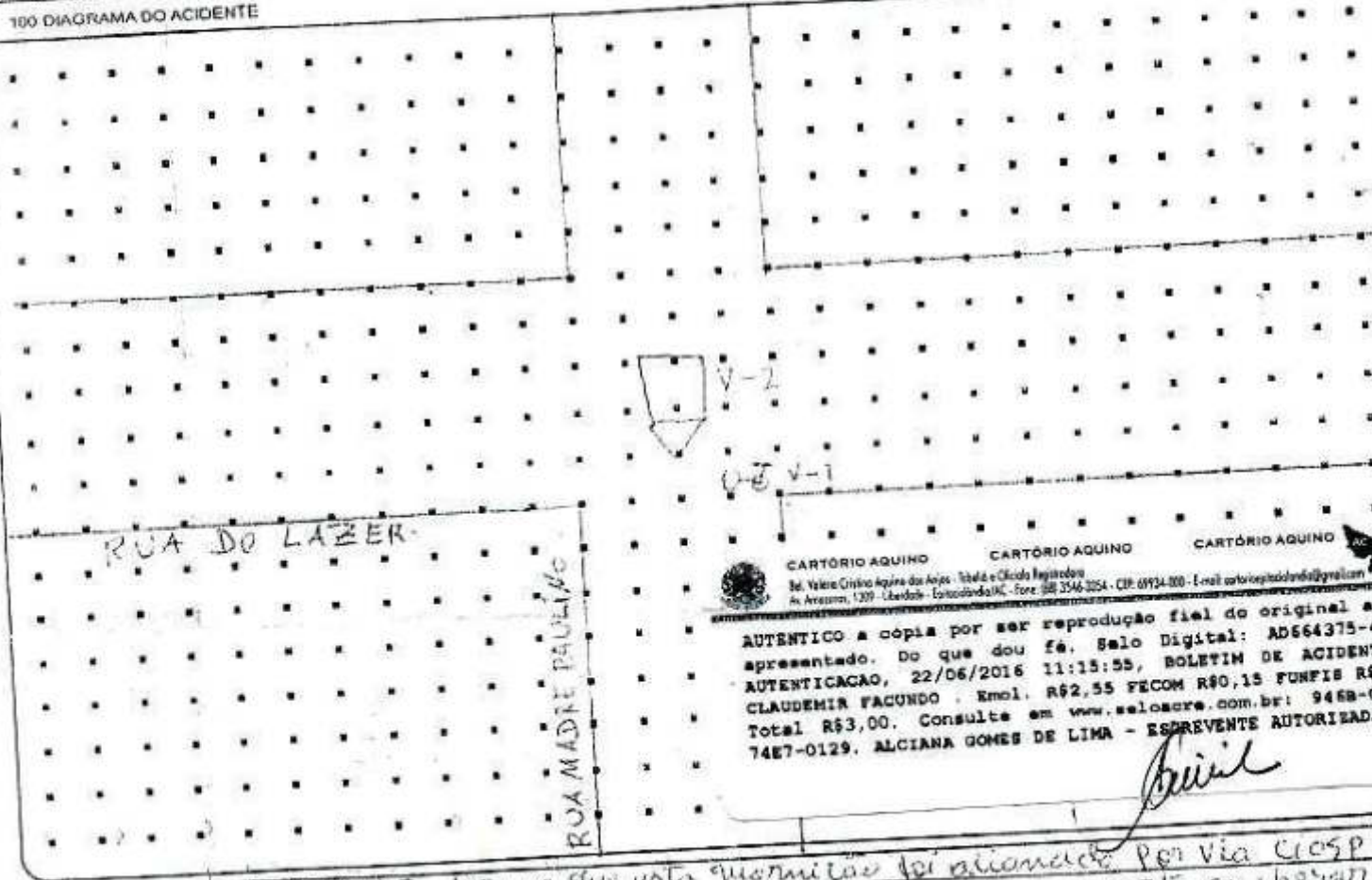
93 NASCIMENTO:

95 FERIMENTOS: LEVES ☐ GRAVES ☐ FATAIS ☐

96 VIAJANA NO VEICULO N.º:

97 USAVA CINTO: SIM ☐ NÃO ☒

100 DIAGRAMA DO ACIDENTE



CARTÓRIO AQUINO

Autentico a cópia por ser reprodução fiel do original e apresentado. De que dou fé. Selo Digital: AD564375-48

AUTENTICACAO, 22/06/2016 11:15:55, BOLETIM DE ACIDENTE

CLAUDEMIR FACUNDO - Emol. R\$2,55 Fecom R\$0,15 FUNFIS R\$0

Total R\$3,00. Consulte em www.seloacre.com.br: 9468-011

7467-0129. ALCIANA GOMES DE LIMA - ESPREVENTE AUTORIZADA

Quil

101 OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Informo que esta ocorrência foi ocasionada por via cruzada para atender uma ocorrência de trânsito no Bairro do aeroporto, ao chegar no local constatamos a veracidade.

Segundo relato do V-2, informo que trafegava na Rua Madre Paulino ao cruzar com a Rua do Lazer, vinha um carro GOL branco, e por causa do estormento, e em seguida apareceu o V-1, por trás do GOL branco, que rodou com o V-2, causando o acidente. A vítima que é esposa do V-1, teve perna direita machucada. O V-1 informou que estava na banca de Talata, e informou que os partes não entraram no local.

disse que o V-2, que estava no local.

ATESTO QUE AS INFORMAÇÕES ACIMA SÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE

102 MOTORISTA V-1: Mario Alcilmar Juliano da Silva

103 MOTORISTA V-2: Claudemir Facundo Lima

104 AGENTE AUTORIDADE DE TRÂNSITO

105 NOME:

106 NOME:

107 NOME / RG: 2261

108 ASSINATURA: X *Mario*

109 ASSINATURA: *Clau*

110 ASSINATURA: *Clau*

111 LOCAL: 706 BPM - Brasília

112 DATA: 16/12/2014



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 4 - Nome completo da vítima:

220-197-072-68

Maria Nelmia de Lima Silva

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: Maria Nelmia de Lima Silva 6 - CPF: 220.197.072-68
7 - Profissão: Recebedor - me 8 - Endereço: R. Francisco Vieira 9 - Número: 160 10 - Complemento:
11 - Bairro: Floresta Sul 12 - Cidade: Rio Branco 13 - Estado: AC 14 - CEP: 69.906-233
15 - E-mail: 16 - Tel.(DDD): (68) 99964-6499

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 0534 053 CONTA: 00307258 2

AGÊNCIA: CONTA:

Autorizo a Seguradora Lider a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Lider para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (ou menor)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Lider pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Rio Branco - AC 22/12/2020

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 17/01/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.531,25

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARIA NOEMIA DE LIMA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00534

CONTA: 000000107258-2

Nr. da Autenticação 6820E9ED2CFA7084



Possua contato
com a Energisa,
através do NÚMERO

SEU CÓDIGO

0144677-0

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE S.A.
Rua Valério Magalhães, 225 - Bosque - Rio Branco - AC
CNPJ: 04.065.803/0001-70 - Inscricao Estadual: 01.001.141/0004-46
Nº de Nota Fiscal: 006467649

Nº da Nota Fiscal: 006467649

A Tarifa Social da Energia Elétrica - TSEE (preço)
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

PERÍODO DE FATURAMENTO	DATA DE FATURAMENTO	VALOR DA FATURA	TOTAL A PAGAR
DEZEMBRO/2019	01/01/2020	111	55,33

MARIA NOFIMIA DE LIMA SILVA
R. FRANCISCO VIEIRA 160 FLORESTA SUL
CPF: 00022019707268
CEP: 69.906-211 - RIO BRANCO

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
Atual	2687	06/12/2019
Anterior	2576	06/11/2019
Constante de Multiplicação	1,000	03/01/2020
Consumo Médio	111	04/12/2019
Consumo Faturado	111	06/12/2019

Forma de Faturamento: NORMAL Código de Irregularidade: Data de Consumo: 30

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
RESID. BX. RENDA BI	BIF17206652	1.6.1.2 108

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
CONSUMO	30 A R\$ 0,255172 = 7,65	
	70 A R\$ 0,437431 = 30,62	
	11 A R\$ 0,656155 = 7,21	
CONTR. ILUMINACAO PUBL. (COSIP)		2,13
DIFERENÇA DE TARIFA		35,44
SUBVENCAO BAIXA RENDA		27,72
ADICIONAL BANDEIRA AMARELA	- 0,12	
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA	- 1,93	

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
TARIFA SOCIAL (TSEE)	0 A 30 - 0,195454	
	31 A 100 - 0,341905	
	101 A 111 - 0,512963	

Mes/Ano	Valor R\$	Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 21/12/2019. O não pagamento por 30 dias consecutivos é inclusão do nome do consumidor na RESTAÇÃO, caso tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar este aviso.
11/2019	49,22	

RESERVA LICENCIADO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, APRESENTE-SE PELA INTERNET (WWW.EXARNET.EB.MIL.BR) DE 01/12/2019 A 31/01/2020 OU NA OM MAIS PROXIMA, DE 09 A 16/12/2019.

RESERVADO AO FISCO 2524.DE4C.BD07.84ED.9141.CCDE.DEA6.BCA6

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
Distinção	24,77	
Energia	29,19	
Transmissão	0,74	
Energia	8,58	
Tributos	17,64	

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
Base de Cálculo	80,92	
Alíquota ICMS	16,00%	
Valor do ICMS	12,94	
Valor do PIS	1,03%	
Valor do COFINS	4,78%	

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
Limite	0,00	
Resíduo	9,24 18,49 36,99 4,83 9,66 19,32 4,99	

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
TANGARA	10/2019	17,75

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
ROT: 6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156		

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
ROT: 6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156		

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
ROT: 6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156		

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
ROT: 6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156		

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
ROT: 6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156		

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
ROT: 6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156		

INDICADORES DE CONTABILIDADE	VALOR	DATA DE FATURAMENTO
ROT: 6.001.06.12.001550 SEQ.: 00156		

836900000000 8 55330045000 2 00000000144 6 67701219008 3



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 114762 DATA DE EMISSÃO 05/10/2016

MARIA NOEMIA DE LIMA SILVA

FILIAÇÃO JOSÉ LUIZ DE LIMA
MARIA LUCILA DE LIMA
NATURALIDADE NATURALIDADE

RIO BRANCO - AC
DATA DE NASCIMENTO 24/04/1962

CENTO CAS 2.176 FLS 088 LIV B-009
BRASILEIRA - AC

220.197.072-49
3 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RASMEIRO DE MELO

Polegar Direito

Maria Noêmia de Lima Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190717751

Cidade: Eptaciolândia

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA

Data do acidente: 02/04/2016

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA TIBIA PROXIMAL (D) COM PERDA DE COBERTURA CUTANEA.**Descrição do exame físico:** AUMENTO DE VOLUME E DEFORMIDADE DO JOELHO E PERNA (D) ,
CICATRIZ DE LESÃO TRAUMÁTICA E DE ENXERTO NA FACE ANTERIOR E SUPERIOR DA PERNA (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 27 CM NA FACE LATERAL DO JOELHO (D) ,CICATRIZ CIRÚRGICA DE 30 CM NA FACE MEDIAL DO JOELHO (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 16 CM NA PANTURRILHA (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 18 CM NA FACE ANTERIOR DA PERNA (E) .
HIPOTRAFIA DO CUADRICEP E PANTURRILHA (D),PERDA DA FORÇA MUSCULAR M.I.D.LIMITAÇÃO FUNCIONAL SEVERA NA FLEXÃO - EXTENSÃO DO JOELHO (D)**Resultados terapêuticos:** CIRÚRGICO , COM FIXADORES EXTERNOS E POSTERIOEMENTE PLACAS E PARAFUSOS
TRANSPLANTE ÓSSEO (EXTENSO)DE TIBIA CONTRALATERAL E**Sequelas permanentes:** AUMENTO DE VOLUME E DEFORMIDADE DO JOELHO E PERNA (D) ,
CICATRIZ DE LESÃO TRAUMÁTICA E DE ENXERTO NA FACE ANTERIOR E SUPERIOR DA PERNA (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 27 CM NA FACE LATERAL DO JOELHO (D) ,CICATRIZ CIRÚRGICA DE 30 CM NA FACE MEDIAL DO JOELHO (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 16 CM NA PANTURRILHA (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 18 CM NA FACE ANTERIOR DA PERNA (E) .
HIPOTRAFIA DO CUADRICEP E PANTURRILHA (D),PERDA DA FORÇA MUSCULAR M.I.D.LIMITAÇÃO FUNCIONAL SEVERA NA FLEXÃO - EXTENSÃO DO JOELHO (D)**Sequelas:** Com sequela**Data do exame físico:** 10/01/2020**Conduta mantida:****Observações:** pago dano como descrito pelo colega examinador

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas de Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Número do Sinistro: 3190717751

Nome do(a) Examinado(a): MARIA NOEMIA DE LIMA

Endereço do(a) Examinado(a): R FRANCISCO VIEIRA, 160 - Rio Branco/AC
- CEP 69900-001

Identificação - Órgão Emissor/UF/Número : 114762

Data e Local do Acidente : 02/04/2016

Data e Local do Exame : 10/01/2020 Rua Minas Gerais número 858 Bairro :
preventor - CEP 69900-129

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.

FRATURA EXPOSTA TIBIA PROXIMAL (D) COM PERDA DE COBERTURA CUTANEA.

II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

CIRÚRGICO , COM FIXADORES EXTERNOS E
POSTERIOEMENTE PLACAS E PARAFUSOS
TRANSPLANTE ÓSSEO (EXTENSO)DE TIBIA CONTRALATERAL E
ENXERTO DE PELE NA FACE ANTERIOR E SUPERIOR DA PERNA DIREITA.

III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.

AUMENTO DE VOLUME E DEFORMIDADE DO JOELHO E PERNA (D) ,
CICATRIZ DE LESÃO TRAUMÁTICA E DE ENXERTO NA FACE ANTERIOR E
SUPERIOR DA PERNA (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 27 CM NA FACE
LATERAL DO JOELHO (D) ,CICATRIZ CIRÚRGICA DE 30 CM NA FACE
MEDIAL DO JOELHO (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 16 CM NA
PANTURRILHA (D),CICATRIZ CIRÚRGICA DE 18 CM NA FACE ANTERIOR
DA PERNA (E) .

HIPOTRAFIA DO CUADRICEP E PANTURRILHA (D),PERDA DA FORÇA
MUSCULAR M.I.D.LIMITAÇÃO FUNCIONAL SEVERA NA FLEXÃO –
EXTENSÃO DO JOELHO (D)

IV. Nexo de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada? [X] Sim [] Não

V. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)? [X] Sim [] Não

VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

DEFORMIDADE DO JOELHO E PERNA (D) COM LIMITAÇÃO FUNCIONAL SEVERA NA FLEXÃO –EXTENSÃO DO JOELHO (D) COM PERDA DA FORÇA MUSCULAR.

VII. Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

Vide motivo do impedimento no campo das observações

() “Vítima em tratamento” Esta avaliação médica deve ser repetida em _____ dias

() “Sem sequela permanente” (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal

JOELHO DIREITO

% do Dano () 10% residual () 25% leve
() 50% médio (X) 75% intensa () 100% completo

Região Corporal

% do Dano () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal


% do Dano () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal

% do Dano () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

VIII.* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou a valoração do dano corporal.

Paciente que sofreu acidente de trânsito há 3 anos, ainda tem marcha claudicante com dor crônica e precisa do auxílio de muletas para se locomover
também apresentou uma complicação com osteomielite na perna.



Beisabeth Sanchez perez CRM : 2140 / UF :AC

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO**

ASL-0466614/19

Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA**CPF:** 220.197.072-68**Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A**Data do acidente:** 02/04/2016**CPF de:** Próprio**Titular do CPF:** MARIA NOEMIA DE LIMA**DOCUMENTOS APRESENTADOS****Sinistro**

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

MARIA NOEMIA DE LIMA : 220.197.072-68

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 23/12/2019
Nome: MARIA NOEMIA DE LIMA
CPF: 220.197.072-68

MARIA NOEMIA DE LIMA**Responsável pelo cadastramento na seguradora**

Data do cadastramento: 23/12/2019
Nome: MAIRLA LIMA DE SOUZA
CPF: 025.424.522-61

MAIRLA LIMA DE SOUZA

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO**

ASL-0466614/19

Vítima: MARIA NOEMIA DE LIMA**CPF:** 220.197.072-68**Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A**Data do acidente:** 02/04/2016**CPF de:** Próprio**Titular do CPF:** MARIA NOEMIA DE LIMA**DOCUMENTOS APRESENTADOS****Sinistro**

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

MARIA NOEMIA DE LIMA : 220.197.072-68

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 23/12/2019
Nome: MARIA NOEMIA DE LIMA
CPF: 220.197.072-68

MARIA NOEMIA DE LIMA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 23/12/2019
Nome: MAIRLA LIMA DE SOUZA
CPF: 025.424.522-61

MAIRLA LIMA DE SOUZA



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Tipo Jurídica

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

MP An. Protocólio

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Última Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balote(s): 102595004

Hash: ECC52023-073D-4232-8033-7CC99430A9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	XXX	XXX	XX
	XXX	XXX	XX
	XXX	XXX	XX
	XXX	XXX	XX

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
Data	Telefone de contato:	
	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5E3CFBFFD5CF68740F233E496AFDAB0E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

CR *Lucas*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro		
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018		
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.		
Autenticação: FD6974386FA48220CPDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDA80E17B8		
Para validar o documento acesse http://www.jucerjia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13		

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 4/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro, Rio de Janeiro CEP 20031-205

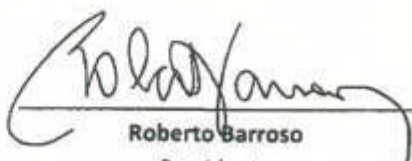


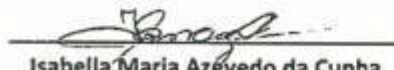
7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 8/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDAB0E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/13





14

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 16, terça-feira, 23 de janeiro de 2018

PORTARIA Nº 755, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.533, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susp 13414/61978/2017-44, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pela assembleia de ALM SEGURADORA S.A. - MICROSEGUROADORA, CNPJ n.º 23.694.731/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 26 de junho de 2017:

I - Aumento do capital social em R\$ 450.168,90, elevando-o para R\$ 3.155.593,81, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Revogar o que a Portaria de R\$ 180.140,00 do aumento de capital referido deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.533, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susp 13414/61978/2017-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.533, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susp 13414/61978/2017-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 23.376.988/0001-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susp/Direg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 2 de janeiro de 2018, página 168, após o 1º, insere-se: "... na reunião do conselho de administração realizada em 27 de novembro de 2017, a assembleia geral extraordinária realizada em 7º de novembro de 2017."

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 3.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Emenda Regimental da Assembleia, aprovada pelo Decreto n.º 375, de 28 de novembro de 2007.

Considerando o Decreto Federal n.º 16.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Intermin n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 48;

Considerando que o Instituto ou entidade por ele acreditada, conforme o disposto no § 1º do art. 7º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve assinar a adequação das veículos e dos equipamentos rodoviários destinados a esse fim;

Considerando a necessidade de substituição do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Intermin n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Intermin n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Intermin
Diretoria de Avaliação da Conformidade - Deacof
Rua Santa Arcadina, n.º 416 - 3º andar - Rio Grande

Cep 21.261-272 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Intermin n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Intermin n.º 16/2016 os Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Intermin n.º 16/2016, as seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em âmbito pelo Departamento de Negociação Internacional (DEINT), com o objetivo de colher subsídios para deliberação do posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico n.º 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias do Mercosul (CT-1). Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DEINT por meio do Ponto-Contato-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 20031-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2 As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante a prenotação integral do texto proposto, disponível na página do DEINT no Internet, no endereço <http://www.mdic.gov.br/informacoes/DEINT/area-de-internacionalizacao/CT1> ou pelo endereço de e-mail deint@mdic.gov.br.

3 O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mdic.gov.br/deint/pag/comercio-exterior/estatisticas/comercio-exterior-94> ou por meio da-4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas entidades em nomeação do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2017.20.08	Ácidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados	2017.20	Ácidos poliacetabólicos, cíclicos, cíclicos ou cíclicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados
		2017.20.1	peróxidos e seus derivados
		2017.20.11	Gêneros de ácidos poliacetabólicos cíclicos
		2017.20.15	Cisplatinato de dióxido
		2017.20.20	Quais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001291012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO EM 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5E6CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F7B8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13



12/10



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4995508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/11



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/14

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

M/4



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

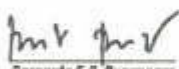
t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/11



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4996513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/3



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

P/14



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
 DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
 DIRETOR

17º Ofício de Notas
 DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9600

ADB2B690
 088674

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES e**
JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)
 Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Conf. por:
 Em testemunho da verdade. Serventia
 T.J.FUNDOS

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. Total

ETLP-54891 HDE. ELP-54892 GRS

Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
 : 3.9% Escrevente
 : CTRB 46062 série 06077 ME
 Aut. 20.5.3ª Lei 8.986/94

SUBSTABELECIMENTO

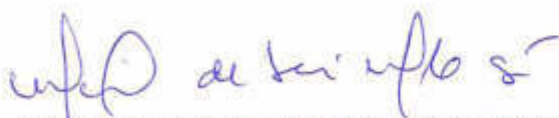
Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRABESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURIO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.





anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0702143-16.2020.8.01.0001
Classe Procedimento Comum
Requerente Maria Moemia de Lima Silva
Requerido Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

SENTENÇA

Maria Moemia de Lima Silva, já qualificado(a), ajuizou ação de cobrança de seguro DPVAT contra **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A**, também qualificado(a), com a finalidade de receber o seguro obrigatório de danos pessoais, aduzindo que foi vítima de acidente de trânsito que lhe **causou invalidez permanente**.

Postula o recebimento da indenização (art. 3º, II, da Lei 6.194/74).

Instruiu a inicial com documentos, entre eles Boletim de Ocorrência e Laudo de exame de corpo de delito.

A parte ré foi citada, ofereceu contestação alegando: a) validade do registro de ocorrência; b) ausência de laudo do IML quantificando a lesão; c) pagamento realizado na esfera administrativa; d) pagamento do valor indenizatório deve ser realizado conforme a tabela trazida pela Lei n. 11.945/2009; e) eventual condenação deve ser corrigida da data da propositura da demanda, subsidiariamente da data do evento danoso e juros de mora da citação.

É o relatório, decidido.

Nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil, passo a julgar antecipadamente a lide.

Mérito.

A elaboração de Boletim de Ocorrência em data posterior ao acidente não afasta, por si só, o direito de a parte receber o seguro, se o sinistro, o dano e o nexo de causalidade puderem ser constatados por outros meios de prova.¹

Portanto, a rejeição do pedido autoral por tal argumento não merece guarida.

Em se tratando de invalidez permanente (total ou parcial), o direito à indenização a ser paga pelo consórcio do seguro obrigatório surge em face da comprovação do dano e do seu nexo de causalidade com o acidente de trânsito. Isso é o que importa verificar.

Tais requisitos se encontram devidamente demonstrados por meio dos documentos que instruíram a peça inicial, os quais são dotados de fé pública e possuem, portanto, presunção de veracidade que a parte demandada, embora tenha apresentado

¹ TJ-MG - AC: 10000200425775001 MG, Relator: Pedro Bernardes, Data de Julgamento: 09/09/2020, Data de Publicação: 16/09/2020



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

contestação, não se incumbiu de desconstituir.

Da incapacidade.

Em se tratando de invalidez permanente parcial completa, a indenização corresponderá ao valor resultante da aplicação, ao valor máximo da cobertura, do percentual da perda anatômica ou funcional e será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela da Lei n.º 6.194/74.

Já no que diz respeito à indenização da invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do § 1º, do art. 3º, da Lei n.º 6.194/74, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Sob essa ótica, verificada a ocorrência de lesão que importe invalidez permanente total ou parcial, o respectivo dano pessoal deve ser indenizado segundo o valor estabelecido na Lei n.º 6.194/74.

Da análise do laudo de pp. 56/58 deduz-se que a parte autora apresenta as seguintes debilidades: "sequelas no joelho e perna direita e coxofemoral direito. Dificuldade de flexão, rotação e extensão e encurtamento do membro". Analisando as lesões especificadas, verifico que todas estão localizadas no membro inferior direito, segmento anatômico genericamente descrito na tabela da Lei 6.194/74, que será tomada como base para calcular o valor da indenização securitária.

No caso em apreço, do laudo expedido pelo Instituto Médico Legal verifica-se a ocorrência de invalidez permanente parcial incompleta, dado que a parte autora sofreu lesões que importam perdas (anatômicas e/ou funcionais) parciais incompletas com repercussão média. Assim considerado, a indenização deve ser fixada em 50% da importância correspondente a 70% de R\$ 13.500,00, na forma do art. 3º, §1º, II, da Lei n.º 6.194/74, alcançando a monta de R\$ 4.725,00.

No entanto, a parte ré comprova o pagamento administrativo, em 17/01/2020, da importância de R\$ 2.531,25, o que, por si só, não dá quitação ao montante devido.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** o pedido do autor, razão por que condeno a parte demandada ao pagamento de R\$ 2.193,75 correspondente ao valor estabelecido na Lei 6.194/74. Assim, **tenho por resolvido o mérito**, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Referido *quantum* indenizatório deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data do evento danoso (Súmula n. 580 do STJ). No que tange aos juros moratórios, estes em 1% ao mês, incidirão a partir da citação (Súmula n. 426 do STJ).

Diante da sucumbência recíproca, impõe-se repartir proporcionalmente a responsabilidade pelas despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

sobre o proveito econômico obtido pelo autor, na proporção de 75% para a parte autora e 25% para a ré, ressaltando que a exigibilidade de tais verbas ao demandante encontram-se suspensas, ante o deferimento da AJG.

Intimar e arquivar.

Rio Branco-(AC), 29 de dezembro de 2020.

Marcelo Coelho de Carvalho
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0001/2021, foi disponibilizado na página 70/78 do Diário da Justiça Eletrônico em 21/01/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado

Adelino Jaunes de Andrade Junior (OAB 5340/AC)

Diego Lima Pauli (OAB 4550/AC)

Teor do ato: "Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, razão por que condeno a parte demandada ao pagamento de R\$ 2.193,75 correspondente ao valor estabelecido na Lei 6.194/74. Assim, tenho por resolvido o mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Referido quantum indenizatório deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir da data do evento danoso (Súmula n. 580 do STJ). No que tange aos juros moratórios, estes em 1% ao mês, incidirão a partir da citação (Súmula n. 426 do STJ). Diante da sucumbência recíproca, impõe-se repartir proporcionalmente a responsabilidade pelas despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o proveito econômico obtido pelo autor, na proporção de 75% para a parte autora e 25% para a ré, ressaltando que a exigibilidade de tais verbas ao demandante encontram-se suspensas, ante o deferimento da AJG. Intimar e arquivar."

Do que dou fé.

Rio Branco, 21 de janeiro de 2021.

Escrivã(o) Judicial